

Notícias e Notas de Leitura

- *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos* –
 homenagem a Frei Geraldo (Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias)
 6 de Dezembro de 2004

O Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (IHM-UP) organizou, no dia 6 de Dezembro de 2004, o Seminário Internacional: *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos* – homenagem a Frei Geraldo (Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias), realizado no âmbito do conjunto das iniciativas que procuraram merecer o desempenho e a herança humana, pedagógica e científica do homenageado, ao serviço da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dado o envolvimento curricular do homenageado em temáticas afins (um percurso historiográfico individual em torno dos espaços religiosos) e na linha de investigação desenvolvida pelo IHM-UP (*“Poder e ordenamento territorial”*), unidade de que é membro activo, projectou-se um Seminário que envolvesse investigadores estrangeiros e portugueses, em particular jovens investigadores, a quem Frei Geraldo sempre ouviu e ouve com especial carinho e incentivo.

O desafio colocado aos participantes resumia-se, de forma prioritária, a três objectivos: a. debater **perspectivas de análise** (da historiografia portuguesa e estrangeira) em torno de um projecto de estudo - espaços religiosos – da paróquia à Diocese, poderes e competências; b. apresentar **metodologias de tratamento de fontes**, segundo objectos específicos de estudo, numa perspectiva comparada (experiências de investigação); c. reunir elementos passíveis de contribuir para a **elaboração de um Glossário/Dicionário de termos religiosos**.

O programa final articulou conferências de fundo com sessões de apresentação e debate de resultados preliminares de programas e projectos de investigação em curso:

Conferências : Philippe Loupès - *Bordeaux, métropole des dévotions tridentines, 1600-1789* (Universidade de Bordéus III), consultor científico do Instituto de História Moderna)

Antonio Irigoyen López – *Territorio, familia y patronazgo en la Iglesia castellana del Antiguo Régimen* (Universidade de Múrcia)

Manuel Augusto Rodrigues - *Liturgia e Simbolismo da Dedicção dos Espaços Sagrados* (Universidade de Coimbra)

Fausto Martins – *Alternância e simbolismo da planta centralizada e longitudinal do templo religioso* (Universidade Porto)

João Francisco Marques - *Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho* (Universidade do Porto/IHM-UP/Projecto Orterra)

Frei Geraldo – *Os capítulos gerais de Tibães e os galopins eleitorais de Camilo*(Universidade do Porto/IHM-UP/Projecto Orterra)

Sessão I: Amélia Polónia - *Espaços de intervenção religiosa do cardeal D. Henrique: reforma monástica, pastoral e inquisição. Alguns eixos de problematização* (Universidade do Porto/IHM-UP)

Vítor Teixeira - *Os franciscanos reformados e o noroeste português: o litoral como espaço de redenção e de contemplação, de reforma e de interacção com as populações* (Universidade Católica Porto)

Salvador Magalhães Mota - *Em torno das metodologias e das fontes para os estudo do espaço agrícola cisterciense - estado da questão* (Universidade Portucalense/IHM-UP/Projecto Orterra)

Hugo Ribeiro – *Rezar na Sé, despachar no Santo Ofício: capitulares de Coimbra ao serviço da Inquisição (1620-1670)* (Mestrado em Estudos Locais e Regionais/ Projecto Orterra)

Comentário - João Francisco Marques (Universidade do Porto, IHM-UP)

Sessão II: Elisabete de Jesus – *As Manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto* (Mestrado em Estudos Locais e Regionais/Projecto Orterra)

Carla Silva - *A Ordem Terceira Secular de S. Francisco da Congregação de N^a S^a da Conceição de Oliveira do Douro em 1679* (Mestrado em Estudos Locais e Regionais/projecto Orterra)

Célia Rego/Elisabete de Jesus/Inês Amorim – *Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual - os irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto – espiritualidade e sociabilidade – (1689 - 1720)* (Prodep/IHM-UP/Projecto Orterra)

Rosa Giesta – *N^a S^a da Saúde – um santuário seiscentista no Planalto do Barroso* (Mestrado Universidade Minho)

Sara Pinto/Patrícia Costa/ Helena Osswald – *Ensaio de reconhecimento do ordenamento territorial eclesiástico no Noroeste litoral, em meados de Setecentos* (IHM-UP/Projectos Hisportos/Orterra)

Comentário e Debate - Zulmira Santos (Universidade Porto)

Os textos apresentados estão, neste momento, a ser compilados em *Actas*, a publicar em 2005.

Inês Amorim

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O SAL PORTUGUÊS

Instituto de História Moderna da Universidade do Porto/Faculdade de Letras do Porto, Reitoria da Universidade de Aveiro, Eco-Museu da Troncalhada de Aveiro, Museu Marítimo de Ílhavo
27 a 29 Maio 2004

O Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (IHM-UP) realizou o *I Seminário Internacional sobre o sal português* num contexto de revitalização das temáticas em torno do interesse renovado pelos ecossistema e paisagem salícolas. O domínio de estudo aproximou interesses na avaliação do impacto sócio-económico e ambiental do sal, numa história de longa duração e de carácter multidisciplinar

Esta acção decorre dos contactos mantidos pelo IHM-UP com entidades nacionais (instituições universitárias – Universidade de Aveiro em especial, e instituições autárquicas – Câmara Municipal de Aveiro, e instituições de administração portuária, como seja a Administração do Porto de Aveiro) e internacionais (Associação Internacional para a História do Sal, Universidades de Salerno e Bari, Itália, e de Granada, em Espanha).

As diferentes comunicações foram distribuídas por unidades temáticas e conferências de fundo.

I Conferência: Jean Claude HOCQUET (Lille III, CNRS, Président d'honneur de la Commission Internationale d'histoire du sel) - *Actualité de l' Histoire du Sel*

II Conferência: Pieter C. EMMER (Dpt. History, Univ. Leiden, The Netherlands) - *The Dutch Salt and Sugar Trades, 1585-1650*

Mesa Redonda: Em torno do sal - património, história, ambiente e desenvolvimento sustentável: as perspectivas da História das Ciências, do Ambiente, da Biologia marítima e fluvial e da Museologia. Coordenação: Romero de MAGALHÃES (F.E.U.C.):

Philippe MAIROT (Musées des Techniques et Cultures Contoises, France)– *Les salines de Salins les Bains (France) – patrimoine mondial de l'UNESCO.*

Antonio DI VITTORIO (Dpt. Studi Europei Giuspubblicistici e Storico-Economici, Bari, Itália)– *Condizionamenti economici e problemi ambientali nell'evoluzione di un grande centro salinero pugliese: Margherita di Savoia.*

Carlos BORREGO (Dpt. Ambiente, Univ. Aveiro)– *A Ria de Aveiro e o sal da sustentabilidade.*

Sessões Temáticas

Sessão: I. Fontes históricas e historiografia: Coordenação: Miriam Halpern PEREIRA (ISCTE)

Francisco Ribeiro da SILVA (IHM-UP/FLUP)– *O sal– produto tributado e mercadoria foraleira.*

Amândio BARROS (IHM-UP)– *O livro da imposição do sal (século XVI).*

Leonardo BANACLOCHE (Valência)– *Breve aproximación al estudio de la sal valenciana desde una nueva perspectiva: los dos primeros libros (1550-1556) de la serie documental “Deliberaciones Patrimoniales” conservada en el Archivo del Reino de Valencia.*

Inês AMORIM (IHM-UP/FLUP)– *Os inquéritos sobre o sal português, nos séculos XVIII a XX.*

- Renato NEVES (Empresa Mãe d'água)– *As salinas portuguesas – tipologia e situação actual*.
Sessão: II. “Cultivar o sal” – da arte à indústria: coordenação: Filomena MARTINS (Dpt. Ambiente - Univ. Aveiro)
- Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA (DCTP/FLUP)– *A produção do sal na costa Atlântica a norte do Rio Ave: da Proto-História à Idade Média*.
- Ana Paula Raposo RAMOS (C.M. Esposende)– *O culto a Dea Sancta no castro de S. Lourenço e a produção de sal no litoral de Esposende*.
- Erik LINDBERG (Dpt. Economic History-Uppsala University, Sweden)– *An 18th century Swedish perspective on the Portuguese production*.
- Giuseppe D'ANGELO (Univ.Salerno-Itália)– *Il sale da risorsa primaria a prodotto industriale*.
Sessão: III. Os caminhos do sal português – 1ª Parte: coordenação: João Francisco MARQUES (IHM-UP/FLUP)
- Aurélio de OLIVEIRA (IHM-UP/FLUP)– *O giro do sal nas estratégias mercantis e “industriais” do Porto (séc. XV-XVII)*.
- António Barros CARDOSO (IHM-UP/FLUP)– *O sal português em Inglaterra - século XVIII*.
- Miguel NOGUEIRA (IHM/FLUP)- *Imagens cartográficas da vitalidade económica da Ria de Aveiro em 1936*.
- Sessão III. Os caminhos do sal português – 2ª → Parte: Coordenação: Erik LINDBERG (Dpt. Economic History-Uppsala University, Sweden)
- António MALPICA CUELLO (H. Medieval, Univ. Granada, Comissão Internacional da História do sal)– *La sal en al-Andalus. Poblamiento y explotación de los recursos salineros*.
- Alexei KRAIKOVSKY (European University at St. Petersburg, Russia)– *The import of the Portuguese salt into Russia*.
- Valdo D'ARIENZO (Univ. Salerno, Itália)– *Il monopolio del sale portoghese e gli scambi tra Portugal e Brasile agli inizi del XIX secolo*.
- José António HORTA (University College Cork, Ireland)– *Portuguese salt trade with Ireland in the 19th century. A geographical reading*.
- Jorge Martins RIBEIRO (IHM-UP/FLUP)– *O comércio do sal português - relações com os Estados Unidos (sécs. XVIII-XX)*.
- Sessão IV. Alegorias do sal - Coordenação: Jean-Claude HOCQUET (Lille III, CNRS, Commission Internationale d'histoire du sel)
- Laurinda ABREU (Dpt.História, Univ. Évora) – *Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)*.
- Geraldo J.A. Coelho DIAS (IHM-UP/FLUP)– *O sal e sua ambivalente dimensão: sabor da comida e símbolo religioso de pureza*.
- João Francisco MARQUES (IHM-UP/FLUP)– *Metáforas do sal na Oratória sacra do seicentismo português*.
- Rui TAVARES (F.A.U.P.)– *Aveiro e a influência do sal na estrutura urbana- unidades territoriais e urbanas, entre a produção e a residência - forma e estrutura*.
- Sessão V. Revalorização de práticas tradicionais e património ambiental - Coordenação: António MALPICA CUELLO (H. Medieval, Univ. Granada, Comissão Internacional da História do sal)
- Gildas BURON (Musée des Marais Salants, Guérande, France)– *Le Musée des Marais Salants: 20 ans au service du renouveau du sel de Guérande*.
- Sónia Maria Carraca FERREIRA PINTO e Renato NEVES (C.M. Figueira Foz – projecto ALAS; Empresa Mãe d'Água)– *O Projecto ALAS: uma experiência integrada de gestão e valorização de salinas tradicionais*.

José Luís RIBEIRO (Univ. Coimbra)– Factores ambientais e impactes antrópicos condicionantes das actividades tradicionais no estuário do Mondego.

Ana Margarida T. dos S. Ferreira da SILVA (Dpt. Ambiente, Univ. Aveiro)– *Uma estratégia de inovação e competitividade no salgado de Aveiro.*

Charles PERRAUD (Coopérative de Guérande, France)– *La renaissance du sel marin de l'Atlantique en France (1970-2004).*

Filomena MARTINS (Dpt. Ambiente, Univ. Aveiro)– *Haverá vida sem sal? Um futuro por contar.*

O primeiro e segundo dias de trabalho realizados, respectivamente, na Faculdade de Letras do Porto e na Reitoria da Universidade de Aveiro, cumpriram o programa respeitante às sessões de I a V. O terceiro dia foi dedicado, de manhã, a uma visita ao Ecomuseu da Troncalhada, em Aveiro, e ainda um percurso pela Ria da Aveiro, ao encontro das antigas salinas. Da parte de tarde, realizou-se a Mesa Redonda e a sessão de encerramento no Museu Marítimo de Ílhavo. As conclusões emitidas abriram caminho para a realização de um *II Seminário Internacional*, assim como a intenção em apresentar projectos interdisciplinares a instituições científicas portuguesas e internacionais.

Os resumos das comunicações, as comunicações previamente entregues (português, inglês, francês, espanhol e italiano) e as apresentações em *power point* foram compiladas em Actas e num *CD-rom* que estarão, em breve, disponíveis.

Inês Amorim

GENET, Jean-Philippe – *Genèse (La) de l'État moderne en Angleterre. Culture et société politique*, Paris, Presses Universitaires de France, 2003, 402 p.

*Nota prévia**

A obra *La genèse de l'État moderne. Culture et société politique en Angleterre* foi editada em Setembro de 2003, na colecção *Le noeud gordien*, das Presses Universitaires de France. O volume tem 402 páginas, distribuídas ao longo de 11 capítulos que se agrupam em três partes distintas. Acrescem, no final, um rol bibliográfico das fontes impressas e dos estudos citados várias vezes ao longo do texto – «necessariamente restrita» já que a bibliografia completa das obras mencionadas nas notas de rodapé está disponível *on-line* no *site* do LAMOP – e um índice antroponímico e toponímico.

Resultante de uma tese de doutoramento *sur des travaux* (1997), apresentada por Jean-Philippe Genet à Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), onde lecciona, esta obra cumula, por agora, um longo e ambicioso percurso de investigação sobre a problemática da génese do Estado moderno, centrado no caso inglês, que o autor iniciou em 1966 e cujos resultados, na sua opinião, «*commencent seulement à apparaître sous forme synthétique*» (p. VI). Ao mesmo tempo, este trabalho repousa sobre o imenso edifício historiográfico construído pelos dois amplos programas de investigação sobre esta problemática, financiados pela Fundação Europeia de Ciência e pelo CNRS francês, que deram já origem a múltiplos volumes e nos quais o autor desempenhou funções de coordenação científica¹.

De facto, o imenso volume de trabalhos citados no decurso da obra, bem como a utilização, estruturante, que o autor faz de conceptualizações do domínio da sociologia, como sejam a teoria dos *campos* de produção de bens simbólicos (de Bourdieu) ou a teoria da recepção (de Jauss), são um claro sinal da vastidão e da complexidade teórica da bibliografia relativa ao processo de génese do Estado moderno e do conjunto de trabalhos, já muito significativo, que o autor publicou no âmbito do programa de investigação pessoal que vem desenvolvendo sobre o caso inglês². A impossibilidade de conhecer em profundidade toda esta bibliografia impede-nos assim de emitir qualquer juízo de valor sobre esta obra que não seja o de sublinhar a solidez de um trabalho construído sobre uma gigantesca base empírica, ancorado em amplos projectos de investigação sobre a problemática que o domina e ao qual o autor imprimiu um evidente rasgo conceptual.

Neste sentido, e embora entendamos que uma recensão bibliográfica, para além de apresentar a obra, deve assumir-se também como exercício de crítica dos conteúdos veiculados e dos suportes formais, conceptuais e metodológicos que os sustentam, a presente recensão não pretende

* Esta recensão foi realizada no âmbito do módulo orientado pelo Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem do seminário *Poderes Medievais*, do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2003/2004).

¹ Para uma definição da problemática da génese do Estado moderno e para a sua apresentação enquanto programa de investigação, veja-se GENET, Jean-Philippe - «La genèse de l'État moderne: genèse d'un programme de recherche», in HOMEM, Armando Luís de Carvalho e COELHO, Maria Helena da Cruz (Coord.), 1999 – *Génese (A) do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV). Ciclo de conferências*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora, p. 21-51. Sobre a *história* dos dois programas de investigação referidos, vejam-se as p. 31-41.

² Como se pode ler na nota prévia à obra, a tese que deu origem a este volume foi apresentada como parte de um conjunto em que se incluíam, para além do dicionário prosopográfico, a que nos referiremos mais à frente, dois outros volumes: um recolhendo artigos relativos à história inglesa e outro compilando os artigos que Genet dedicou à aplicação da informática, dos métodos de análise lexical e da estatística à história (p. V).

ultrapassar o nível da apresentação da obra. Procuraremos assim, num primeiro ponto, dar conta do duplo *programa* que define os objectivos centrais deste trabalho e que o integra no amplo projecto de investigação pessoal do autor, ainda em curso, e no qual ele representa um estádio que diríamos propedêutico. Num segundo momento, ensaiaremos a apresentação, com algum detalhe, da estrutura e dos conteúdos do livro³.

Programa

O objectivo maior do programa de investigação em que este trabalho se encaixa é, como o próprio autor escreve, o de «*s'interroger, par l'étude minutieuse d'un cas, sur les mécanismes qui président à la naissance d'un 'État moderne'*» (p. 3), partindo do pressuposto de que o desenvolvimento de um Estado do tipo do *Estado moderno* implica a adesão da sociedade política, logo o desenvolvimento de palavras que o permitam conceber, atacar ou defender. Torna-se assim evidente a estreita ligação entre a afirmação de um Estado e a de uma língua e de uma cultura. Deste pressuposto, resulta então a escolha de abordar este problema da génese do Estado moderno «*non par l'étude des institutions ou celle des armées, mais par celle de deux entités que je considère comme structurellement jointes, celle de la culture et celle de la société politique, notamment à travers ces écrits qui expriment les idées que ceux qui ont laissé la trace de leurs pensées et de leurs sentiments dans des mots ont eues sur leur société et son histoire*» (p. 4 – sublinhado nosso) .

Justificando a escolha do caso inglês com o facto de em Inglaterra se perceber melhor, e mais precocemente, a influência dos factores culturais na génese do Estado moderno, Genet propõe-se estudar o modo como os ingleses dos séculos XIV a XVI viveram a lenta e profunda transformação política do seu tempo, ao mesmo tempo que se afirma a sua própria identidade de ingleses, e a forma como as suas ideias sobre a organização e o funcionamento da sociedade e das estruturas políticas evoluíram e reagiram perante as transformações políticas e religiosas deste período.

A génese do Estado moderno é assim concebida como estando intimamente relacionada com o diálogo que a *sociedade política* estabelece com o poder (utilizando um conjunto de suportes que o autor designa por *sistema de comunicação*), até porque é precisamente nesta dinâmica de diálogo que a sociedade política se redefine continuamente.

Apontadas as linhas mestras deste programa de investigação, Genet aponta as quatro fases de trabalho em que o dividiu. A primeira fase, a que corresponde o presente volume, «*visé à définir les conditions de la communication et de l'échange de signes symboliques dans le cadre d'une société qui vit cette situation particulière qu'est la genèse de l'État moderne*» (p. 5-6). Divide-se esta primeira fase em três questões fundamentais, estudadas nas três partes em que a obra se divide, a saber: o que é uma sociedade política e qual o papel que ela desempenha nesta situação de génese?; quais as características do sistema de comunicação, isto é, como é que se trocam e circulam as palavras, os signos, os valores simbólicos numa dada sociedade, como é que as mutações culturais do período, ao nível da educação, da língua e dos níveis de cultura, afectam a sociedade e a cultura inglesas?; e, finalmente, como é que se estruturam a produção dos textos e a sua utilização ao longo de todo o período?

O conjunto de *definições e estruturas* construído no decurso desta primeira etapa assume-se como um instrumento fundamental para que se possa constituir o conjunto dos textos que forma

³ Por forma a não carregar o texto com notas de rodapé que consideramos desnecessárias, limitaremos as referências à obra à indicação, no corpo do trabalho e entre parênteses, da página respectiva.

a base empírica da análise. Constitui, assim, uma condição *sine qua non* para que se possa avançar, em paralelo, para as duas fases seguintes daquele programa de investigação: a segunda fase, de descrição dos diferentes componentes desta espécie de *biblioteca virtual* e de precisão das especificidades dos principais tipos de textos, de que resultou uma base de dados sobre as obras (OPUS), devidamente classificadas por *campos*, por forma a facilitar a análise; e a terceira fase, etapa essencialmente prosopográfica, dedicada ao estudo dos autores em si mesmos, das circunstâncias em que produziram os seus textos e da posição que ocupam na sociedade política, donde resultou uma base de dados sobre os autores (HP). Finalmente, numa quarta fase, na qual trabalha ainda, Genet prevê a análise das produções linguísticas e do conteúdo semântico, das estratégias discursivas e das escolhas lexicais dos autores – isto é, da linguagem política.

O carácter propedêutico que este volume assume no programa de investigação gizado pelo autor não impede que ele se articule e aproveite, sobretudo a título de *ilustração*, os dados contidos no dicionário prosopográfico organizado a partir daquelas duas bases de dados, construídas na segunda e terceira fases⁴, e no qual se reúnem os dados bio-bibliográficos dos 2.222 autores activos em Inglaterra nos domínios da história e do político entre 1300 e 1600.

Estrutura e conteúdos

Depois de na *Introdução* situar o presente volume no programa de investigação que o enquadra, Genet dedica a primeira parte da obra (*Genèse de l'État moderne et société politique*) ao estudo do papel que a sociedade política desempenha no processo de génese do Estado moderno, por via do *diálogo* (expressão de Bernard Guenée) «*de plus en plus complexe entre le prince et une société qui se définit par là même comme une société politique*» (p. 12).

Afirmada a complementaridade entre a génese do Estado moderno e a construção da sociedade política, o autor começa por estudar, no capítulo I (*Le primat de la guerre*), aquele que considera ser o *motor* das transformações do Estado feudal no sentido da construção do Estado moderno e da sociedade política: a guerra. Centrando-se no caso da Inglaterra, evidencia a intensa conjuntura de conflito que, desde o século XII, a opôs à França e levou os monarcas ingleses a organizarem o recrutamento dos seus contingentes sobre uma base contratual, recorrendo, sobretudo entre os *gentlemen*, ao contrato de *retenue*, cujos elevados custos exigem «*une véritable révolution financière, celle de la fiscalité nationale consentie*» (p. 17).

Num primeiro momento, Genet chama a atenção para as implicações deste estado de *guerra permanente* para a sociedade política, descrevendo minuciosamente o sistema de *retenues*, difundido em Inglaterra tanto em virtude da necessidade constante de dispor de contingentes militares de uma qualidade quase profissional, como pelo facto de a *retenue* ser um instrumento de reorganização da relação entre o senhor e os seus homens num laço contratual que se transforma numa das formas mais características da relação homem-a-homem na aristocracia inglesa. No quadro da identificação da guerra com uma função do Estado, a estruturação da aristocracia em *retenues* configura um modo de vida que a torna dependente da guerra e da redistribuição do dinheiro do Estado que esta proporciona.

⁴ Em conjunto, estas duas bases de dados constituem uma *base heurística*, e não documental, como o autor faz questão de sublinhar (p. VII), consultável on-line através do portal *Ménesrel* ou do site do LAMOP (<http://lamop.univ-paris1.fr>).

Num segundo momento, refere-se à influência daquele estado de *guerra permanente* na *Revolução fiscal*, verificada em Inglaterra entre 1280 e 1330 tanto no domínio das estruturas tributárias como, possivelmente, no dos níveis de taxação, pela qual o rendimento dos monarcas ingleses passou a assentar sobre quatro elementos-chave: o produto das taxas directas sobre os bens móveis, o produto dos impostos indirectos, os rendimentos feudais da *prerrogativa regis* e os pedidos de empréstimo, para além do que o rei conseguia obter da Igreja.

Ora, para que a exacção do imposto directo possa efectivar-se, e para que o seu rendimento se ajuste à necessidades da monarquia, ela deve revestir-se de legitimidade (nos seus motivos, modalidades de exacção e aplicação) e implica um consentimento alargado, também essencial ao monarca na contratação de empréstimos junto dos seus súbditos, em alguns casos voluntários, noutros forçados, mas sempre negociados. A Inglaterra destaca-se, assim, pelo desenvolvimento precoce de um *processo de institucionalização de procedimentos de consentimento*. De facto, «*les mécanismes de la taxation directe ont créé une structure de dialogue dans laquelle les autres formes d'imposition qui la complètent (...) s'intègrent. Finalement, c'est toujours la société politique qui décide*» (p. 32).

Partindo do problema de saber quais os motivos que levaram a aristocracia a anuir tão rapidamente às novas estruturas militares (que lhe retiravam o monopólio militar, ameaçando a sua identidade) e à implementação da fiscalidade nacional consentida (que atingia a sua fortuna), Genet analisa, no capítulo II (*La société politique anglaise*), a ligação entre a Coroa e a sociedade política inglesa.

Estruturada pelo monarca, na sequência da repartição de terras que se seguiu à conquista normanda, em dois níveis (o dos barões - *tenents in chief* - e o dos cavaleiros - de quem descende a *gentry*), a aristocracia inglesa manteve com a Coroa uma forte ligação, que permitiu aos monarcas intervir directamente na estruturação desta classe. Para tal, serviram-se de vários instrumentos, entre os quais se destacam: a associação da aristocracia ao exercício do poder real, tanto ao nível central como local, pelo que também a *gentry* foi convocada para o Parlamento, adquirindo a possibilidade de participar no diálogo entre o rei e as elites; e o próprio sistema de convocação para o Parlamento, que, ao ser comum para magnatas e barões, favoreceu a fusão de ambos os grupos numa só nobreza, que se distingue pela sua participação no que rapidamente se chamará a Câmara dos *Lords*.

A Coroa contribuiu ainda para o fortalecimento da classe senhorial quando permitiu a criação de condições de exercício da justiça e a promulgação de legislação favoráveis aos interesses dos *senhores*, numa conjuntura marcada pela crise dos rendimentos fundiários e do senhorio, como é a que se verifica em meados do século XIV. Desta forma, estimulou a mobilidade social que caracteriza as elites inglesas, particularmente evidente na capacidade que a *gentry* demonstrou em assimilar rapidamente grupos sociais emergentes, como sejam as oligarquias urbanas de mercadores, os homens de leis, etc.

A concluir o capítulo, Genet refere-se às diferentes formas de estruturação da população londrina (entendida como a parte mais significativa da sociedade urbana inglesa), baseadas em categorias de cidadania, profissionais e até geográficas, de que resultam tensões várias. Finalmente, não deixa ainda de sublinhar a integração da hierarquia eclesiástica no Estado, em virtude das múltiplas funções administrativas e políticas que os clérigos desempenhavam, com destaque para os altos cargos da administração e para a sua presença no conselho régio e no Parlamento, mas também em virtude do apertado controlo que os monarcas exerciam sobre a nomeação dos prelados, ao ponto de a Igreja inglesa se tornar no século XV numa verdadeira *Igreja nacional* que não só tem no rei o seu chefe como nele procura a protecção contra o papa.

Desta breve caracterização da sociedade política, «*entendue au sens restreint de classes dirigeantes formées de ceux qui participent au gouvernement du royaume ou influent sur lui*» (p. 59), Genet ressalta a fluidez e a mobilidade desta sociedade, que considera um indício da *homogeneidade global das classes dirigentes*, favorável à dominação cultural da nobreza e dos valores aristocráticos sobre o conjunto das elites, inclusivamente das urbanas.

O autor nota, todavia, que «*pour comprendre comment s'impose dans une société féodale et seigneuriale, la logique de cette liaison entre pouvoir royal et société politique, un long détour s'impose, qui révèle l'ambiguïté structurelle de la notion même de société politique*» (p. 59), como se verá no capítulo IV. O capítulo III (*Justice et reproduction sociale*) dedica-se, por isso, ao estudo dos mecanismos de natureza legislativa e judicial que permitem ao monarca controlar as novas estratégias de reprodução social desenvolvidas pela aristocracia inglesa e que estão na origem da ligação, feita de interesses recíprocos, que se estabeleceu entre o rei e as elites.

Genet começa por realçar a originalidade da *estrutura relacional* que os membros da aristocracia inglesa desenvolvem a partir do século XIII, por forma a evitar os obstáculos que derivam do controlo régio sobre os seus patrimónios e estratégias e por forma a adaptarem-se à evolução económica e política, distinguindo nela três elementos cuja combinação constitui, a seu ver, o essencial do *bastard feudalism*.

Em primeiro lugar, o sistema de *retenues* e de *retainers*, pelo qual se opera uma reordenação dos laços entre o senhor e os seus homens que, permanecendo sob o signo da fidelidade, da obrigação pessoal e dos valores aristocráticos cavaleirescos, se tornam estritamente contratuais, sendo que o dinheiro substitui neles a terra. Procurando avaliar, com exemplos concretos, a importância quantitativa e o impacto sobre a sociedade política inglesa do fenómeno das *retenues*, o autor descreve o seu funcionamento, salientando os benefícios que tanto o *lord* como o *retainer* retiram destes laços contratuais (serviços militares, jurídicos ou administrativos, no caso do primeiro, e a protecção do *lord*, com a sua influência e com a sua força, no caso do segundo).

Em segundo lugar, chama a atenção para as novas estratégias de controlo e de transmissão da terra (elemento chave da reprodução da classe dominante), nas quais o feudo deixa de ser o elemento determinante, e que vêm acelerar a diferenciação social, concentrando a fortuna e a riqueza em proveito das famílias mais hábeis. O desenvolvimento da *Common Law* e dos tribunais reais, oferecendo aos membros da aristocracia vários instrumentos que lhes permitem um maior controlo sobre os seus bens, está intimamente associado a estas novas estratégias.

Finalmente, «*l'ensemble des mécanismes qui assurent le fonctionnement du système est placé sous le contrôle direct ou indirect de l'État (Couronne, Parlement, tribunaux royaux): d'où la compétition, souvent violente, entre les groupes constitués à travers les liens contractuels évoqués ci-dessous, pour bénéficier du soutien ou de la connivence de l'État et de ses maîtres*» (p. 63). Descrevendo os avanços do sistema judiciário inglês a partir do século XIII, Genet sublinha ainda o facto de a *Common Law*, inteiramente nas mãos dos juizes e dos tribunais régios, ser antes de mais uma *land law*, influenciando decisivamente a reprodução da classe dominante dos senhores. «*L'équation entre le roi, la Common Law et la propriété (entendons la propriété aristocratique du sol) est au cœur de l'État moderne anglais et du fonctionnement de la société politique anglaise*» (p. 75).

A *lógica do sistema* deste *feudalismo bastardo* caracteriza-se, assim, pela tendência para o fortalecimento do Estado, pela dupla via da afirmação da fiscalidade e do fortalecimento da justiça régia, por onde passa agora o controlo da transmissão da terra, base material do poder da aristocracia e das classes dominantes. «*L'aristocratie est ainsi complice et partenaire de l'État : les progrès de l'État se font au détriment de certains de ses privilèges, mais au profit de sa liberté économique et juridique de propriétaire*» (p. 86).

A importância do dinheiro neste sistema e a crise dos rendimentos da aristocracia inglesa não só tornaram a classe dominante mais dependente do *novo sistema de repartição do dinheiro e dos poderes de que o Estado é o instrumento*, como explicam a sua sensibilidade à conjuntura, sobretudo no que toca à contestação dos camponeses. A *generosidade* desta aristocracia no plano fiscal explica-se, assim, pela expectativa de a verem recompensada por uma justiça *especificamente criada para controlar salários e assalariados depois da Peste Negra*, num claro sinal de que a reprodução das elites dependia do monarca também na medida em que este dispunha de instrumentos de controlo das classes populares.

Ora, como Genet faz questão de sublinhar, «*c'est la société politique qui, en fonction de ses besoins et de ses exigences, fait évoluer les structures de l'État moderne, non l'inverse: ses impulsions sont véhiculées par un ensemble d'éléments liés à ce que les contemporains appelaient le conseil et aux institutions par lesquelles il circule, Parlement et Conseil royal*» (p. 87). O capítulo IV (*Conseil ou opinion?*) começa portanto pelo estudo destas instituições pelas quais o *conselho* circula, com evidente destaque para o Parlamento.

Descrindo o seu processo de estruturação, o autor dá conta da tendência, notória ao longo do século XIII, para uma periodicidade cada vez mais intensa das reuniões do Parlamento e para a afirmação de uma estrutura alargada na sua composição, num claro sinal da transformação do conceito e da prática da representação, em boa parte devida à influência do direito romano (princípio *quod omnes tangit ab omnibus tractari et approbari debet* e direito de procurações). No plano das competências, o Parlamento vê as suas atribuições fiscais acrescentadas, sobretudo a partir de Eduardo III, pela possibilidade de discutir petições e pela faculdade de legislar por Estatuto (que se torna apanágio do Parlamento).

Num segundo ponto, Genet estuda a composição do Parlamento, chamando a atenção para a dialéctica entre as duas formas de recrutamento dos seus membros: a designação régia, no caso dos *lords*, e a eleição em assembleias locais, no caso dos *knights of the shire* e dos burgueses representantes das cidades de dos *boroughs*. Citando Bruce McFarlane, o autor sublinha que «*l'interdépendance des magnats et de la gentry signifie que la société politique anglaise de la fin du Moyen Âge est un organisme complexe (...). Le pouvoir n'était pas concentré entre les mains d'un petit nombre. Il était réparti parmi les rois, les magnats et les communes en proportions variées et variantes, selon la fortune, les affiliations et la capacité politique de chacun...*» (p. 99).

Finalmente, e ao jeito de conclusão desta primeira parte, Genet interroga-se sobre os limites da própria noção de *conselho* e sobre as implicações que daí decorrem para o conceito de sociedade política. De facto, num sistema político em que o poder do soberano é apenas limitado pelas exigências da moral cristã e pelas suas efectivas capacidades de actuação, as posições tomadas pelos membros do Conselho régio e do Parlamento, nestas instâncias ou em público, «*ont le valeur de signes: d'adhésion et de sympathie, de refus ou de défiance, et ils engagent ceux qui sont de la même affinité ou du même parti (voire de la même origine locale); c'est l'interprétation avisée de ces signes qui permet au souverain de déchiffrer les limites de sa liberté d'action. En cela toutes ces positions sont bien constitutives de la fonction de conseil, et l'on voit qu'à travers chaque porteur patenté de conseil (...) des groupes sociaux plus ou moins larges savent faire entendre leurs opinions*» (p. 102).

Ora, «*ce doublet conseil-opinion découvre l'ambiguïté même du concept de société politique*», pelo menos no sentido restrito de elites em que o autor o vinha usando até aqui. Com efeito, «*si le sens reïnt que nous avons utilisé jusqu'à présent convient fort bien pour le volet du 'conseil', il n'en va pas de même pour le volet 'opinion': le terme 'conseil', dans son acception non institutionnelle, est en fait l'équivalent médiévale de notre moderne opinion, et il suppose alors que l'on travaille dans le cadre*

d'une société élargie, que l'on pourrait qualifier de «société civique», et non d'une société politique restreinte aux hommes qui participent au pouvoir, fût-ce de loin» (p. 102).

Esta distinção entre *conselho* e *opinião*, que leva o autor a propor o conceito de *sociedade cívica* (no sentido de sociedade política alargada), repousa sobre três razões. Em primeiro lugar, a intersubjectividade que necessariamente condiciona o *conselho*. De facto, se por um lado as posições tomadas em público estão dependentes das filiações partidárias, ou seja, da *feudalidade bastarda*, por outro, elas estão também ligadas ao sujeito, ao indivíduo, na medida em que todas as acções públicas são avaliadas à luz da moral cristã (única), à qual todos estão submetidos. Ora, as preocupações morais e religiosas dos *conselheiros* não são exclusivamente individuais mas *«elles concernent chacun des membres des groupes au nom desquels ils parlent, et donc tous, même si tous, normalement, ne sont censés s'exprimer publiquement»* (p. 103).

Em segundo lugar, e esta é uma razão específica do caso inglês, a distinção entre *conselho* e *opinião* explica-se pela *forte conotação política* que as opções religiosas assumem em Inglaterra a partir da heresia *lollard*, cujo combate levou a Igreja a solicitar a intervenção do poder régio.

Finalmente, note-se ainda o facto de as outras classes da sociedade inglesa, que não as elites, afirmarem, pelo menos esporadicamente, a sua pertença à sociedade política. Com efeito, os camponeses e os trabalhadores controlados pelos senhores, *«bien que non membres de la société politique en tant qu'acteurs institutionnels, n'en sont pas absentes. (...) les révoltes et séditions qui émaillent l'histoire d'Angleterre (comme celle des autres États d'Occident à la même époque) et dilatent pendant des moments brefs mais intenses la société politique pour la faire coïncider avec l'ensemble du corps social, manifestent que les paysans et les artisans se considèrent comme des membres de la société politique (même si ce sont de membres opprimés dont les droits sont ignorés) puisque le roi est le roi de tous»* (p. 105).

Concluindo, *«la société politique, dans un État moderne même naissant, ne se limite donc pas aux élites. Elle est constituée par tout ceux qui ont une relation au pouvoir, que cette relation soit directe ou indirecte, proche ou lointaine, central ou périphérique. Ces relations impliquent une opinion, qui se transforme en conseil, normalement par le biais d'institutions représentatives, exceptionnellement par des prises de parole ou de pouvoir»* (p. 106).

Apoiado na rica historiografia social e na *constitutional history* inglesa, Genet estuda, nesta primeira parte, o funcionamento da sociedade política, procurando demonstrar a posição central que o diálogo que ela estabelece com o poder desempenha na génese do Estado moderno. Movendo-se sobretudo no domínio da síntese, como facilmente se conclui da escassa referência à investigação de base que deu origem ao dicionário que acompanha este volume, o autor reafirma, neste caso concreto com base no caso inglês, a necessidade do alargamento do conceito de sociedade política para o de *sociedade civil*, decorrente da noção de *opinião* que, ao contrário do mero *conselho*, pressupõe um diálogo político alargado, sendo esta necessidade particularmente significativa no caso da Inglaterra, dada a dinâmica da sociedade política e o avanço do *diálogo institucional* que aí se verificam.

Na segunda parte da obra (*Genèse de l'État moderne et système de communication*), Genet concentra-se nas formas e estruturas do sistema de comunicação, cuja análise é complementar do estudo da sociedade política, na medida em que é indispensável para compreender as condições e a dimensão daquele diálogo. Procura assim estudar o modo como se formaram, difundiram e exprimiram o *conselho* e a *opinião* nesta sociedade política alargada, ou *sociedade cívica*, e como circularam *as palavras, as imagens, os sons e os gestos que lhes deram forma*.

Não ignorando a inter-relação entre os vários elementos do sistema de comunicação, Genet começa por advertir que nesta obra se limitará ao domínio do escrito. Entre os vários problemas que decorrem do conceito de *sistema de comunicação*, o autor propõe-se estudar quatro questões, tomando por base a sociedade política inglesa e a sua evolução a partir do século XIII. Nos quatro capítulos que constituem esta segunda parte, assistimos assim à análise sequencial da progressão do uso da escrita em Inglaterra, do lugar respectivo das diversas línguas aí utilizadas, da difusão do escrito através da produção do manuscrito e do impresso e, finalmente, à análise do sistema de educação e dos diferentes níveis de cultura identificáveis na sociedade inglesa.

Note-se ainda a preocupação de Genet em reflectir, com base nas teses de Habermas, sobre a existência de uma *esfera de comunicação pública* na Inglaterra deste período, que o leva não só a aceitá-la como a sugerir que ela deva ser pensada não apenas em função do Estado mas também em função da *instituição total* que é a Igreja.

Assim, no capítulo V (*Signes*), estudam-se os avanços da escrita que permitiram à sociedade inglesa tornar-se numa sociedade de *restricted literacy* e que assentam na mutação da função da escrita no sistema de comunicação, no que a justiça e a administração régias desempenharam um papel preponderante, embora este desenvolvimento da escrita *pragmática* tenha sido também estimulado pela transformação da leitura, tornada individual pelo desenvolvimento das escolas/universidades e das novas práticas de estudo nelas impostas e pela evolução da religiosidade e das formas de devoção, cada vez mais individualizadas. Genet expõe, a este propósito, os dados, para já parciais, de uma base de dados que está ainda a construir sobre os livros dos não-universitários ingleses entre os séculos XIII e XVI.

A escrita assume assim um lugar preponderante no *sistema de comunicação*, tanto mais significativo quanto os diferentes meios de comunicação (escrita, gestos, símbolos, objectos, palavra, disposições espaciais...) podem integrar-se em conjuntos complexos, que o autor se encarrega de analisar, como sejam as cerimónias, rituais e liturgias que, se por um lado recorrem (de diversas formas) ao texto, por outro também lhe oferecem o dispositivo de *situação* que por vezes lhe é vital, como acontece no caso dos discursos.

O reconhecimento desta importância da escrita não dispensa Genet de, ao encerrar o capítulo, explicar as três razões que sustentam a maior atenção concedida nesta obra à escrita, a saber: o melhor conhecimento dos códigos que permitem compreender a linguagem escrita, ao contrário do que acontece com os gestos e com as imagens; o maior número de informações sobre os textos, que nos permite recensear e classificar os textos, os autores e o seu conteúdo; e, finalmente, o facto de esta sociedade da cultura escrita acarretar a banalização deste *media* (ou modo de comunicação), pelo que a escrita se torna no meio normal para descrever a realidade, tanto ao nível dos textos de circulação pública como dos de circulação privada.

No capítulo VI (*Langues et langages*), Genet coloca o problema das línguas e dos níveis de linguagem que se cruzam na sociedade inglesa. Comungando da diglossia do Ocidente (latim para as pessoas cultas, língua vernácula para as outras), a Inglaterra distingue-se todavia pela existência de duas línguas vernáculas principais, o francês para as elites sociais e o inglês para o grosso das populações urbanas e rurais (sendo o inglês escrito apenas tardiamente, ao contrário do que acontecia com o francês), e pela existência de outras línguas vernáculas, como o cornoico, o galês e o gaélico, línguas de cultura oral que se opõem às línguas de uma sociedade de *restricted literacy*, como são o francês e o inglês.

Traçando a evolução histórica destas duas línguas e do latim em Inglaterra, desde a conquista normanda, o autor presta particular atenção às sucessivas conjunturas da utilização de cada uma

pelos diversos grupos sociais e níveis de cultura. Acima de tudo sublinha o avanço do inglês face ao francês em todos os domínios (com excepção da justiça e do direito). De facto, tendo quase desaparecido, enquanto língua literária, no século XII, o inglês renova-se ainda timidamente no século XIII, para se afirmar fulgurantemente no século XIV, ao nível da literatura devocional, dos romances e sobretudo da poesia (*alliterative revival*). Deixa assim de ser uma marca de identidade social inferior, até que no final do século XIV se torna na língua da elite dominante e na língua da oração e devoção pessoais, mercê do incremento da literatura religiosa.

«*Cette victoire linguistique a une conséquence capitale, la naissance d'un espace littéraire qui correspond enfin à l'espace national*» (p. 150). Além do mais, depois do ensino e da literatura, também na administração o inglês assume um lugar cimeiro, já no último terço do século XIV, potenciado por dois motores: a administração de Londres e a chancelaria régia. Genet apresenta, a este propósito, um quadro, construído a partir do seu repertório biobibliográfico, sobre a repartição dos autores (activos nos *campos* da história e do político entre 1300 e 1600) que utilizam as diferentes línguas (latim, inglês e outras), dando conta da evolução da sua utilização ao longo do período e da tendência de fundo para a afirmação do inglês como primeiro idioma (p. 152).

No capítulo VII (*Media*), o autor estuda os meios de difusão do escrito, centrando-se sucessivamente na produção manuscrita e na produção impressa dos textos. Num primeiro momento, começa por se referir aos problemas levantados pelo estudo da produção manuscrita e do consumo dos textos, numa época em que o manuscrito é o único *media* de reprodução, e aos contextos em que pode ocorrer a escrita de um manuscrito: encomenda, produção sobre uma base comercial por oficinas que propõem as suas escolhas ao público, produção por *scriptoria* eclesiásticos (para consumo interno ou difusão exterior) e produção por um particular (para uso pessoal).

Reunindo um notável conjunto de dados empíricos, estuda depois detalhadamente os principais pólos do sistema de produção de manuscritos inglês: Londres, particularmente importante no domínio dos textos jurídicos e de *negócios*, as cidades universitárias (Oxford e Cambridge) e os mosteiros, responsáveis pela produção dos textos eruditos, não deixando de se interrogar sobre a própria estrutura do mercado de manuscritos inglês que, mais do que um mercado nacional, parece ser constituído por *um mercado londrino desproporcionado, rodeado de mercados regionais satélites*.

Particularmente importantes parecem-nos as observações que o autor tece sobre o funcionamento e a dimensão do mercado do livro em Londres que «*quand il n'est pas un marché de livres d'occasion (...) est un bespoke trade, un commerce de la commande, qui implique la collaboration de plusieurs intervenants, appartenant à des métiers différents*» (p. 196). Igualmente importante parece-nos a caracterização que Genet faz do sistema de produção manuscrita inglês, definindo três níveis: o da encomenda do patrono que, agindo sozinho, escolhe os textos e selecciona os intervenientes; o das *boutiques* que põem em circulação textos para os quais sabem existir grande procura, deixando-os na maior parte das vezes semi-acabados; e o nível da produção em massa, em que o texto literário raramente aparece e onde dominam as colecções de estatutos, os textos jurídicos e os devocionais.

Estes avanços ao nível da produção e do comércio de manuscritos antecipam assim as grandes inovações decorrentes da introdução da imprensa, que veio, de facto, revolucionar a quantidade de livros produzidos e o seu preço, sem todavia eliminar o manuscrito do sistema de comunicação, impondo-lhe apenas uma transformação do seu papel. Partindo da definição de impresso e dos

critérios de quantificação da sua produção, Genet detém-se, neste segundo ponto, no estudo da biografia e dos géneros, fases, ritmos e quantidades da produção do primeiro impressor em Inglaterra, William Caxton, para depois sublinhar os traços que considera caracterizarem a história da imprensa e da edição inglesas e assinalarem uma verdadeira ruptura em relação ao período do manuscrito.

De facto, para além de dar origem a uma verdadeira produção de massa, sobretudo no domínio das colecções de estatutos e do religioso, o novo *media* caracteriza-se pela versatilidade, permitindo tanto a publicação de grandes obras como de pequenos formatos de apenas uma folha. Abre-se assim caminho à aparição do panfleto, permitindo uma expressão pluralista e frequentemente clandestina, e à utilização dos recursos da imprensa pelo governo e pela administração (a começar pela Igreja), com objectivos de informação, de administração e até de propaganda. Finalmente, note-se ainda que o mercado do escrito assiste ao aparecimento de um novo actor, o impressor, que passa cumprir um papel editorial activo e chega mesmo a desempenhar funções de tradutor e até de autor, como facilmente se conclui da consulta do dicionário prosopográfico.

Por último, no capítulo VIII (*Cultures*), Genet dedica-se ao estudo das instituições de ensino, com o objectivo de avaliar os níveis de cultura atingidos pelos diferentes grupos da sociedade inglesa, embora reconheça que nesta sociedade uma grande parte da cultura e da educação se adquiria fora de qualquer circuito institucional. De facto, os níveis de cultura da sociedade política constituem uma variável essencial do sistema de comunicação, já que influenciam de forma determinante a produção e a difusão das *mensagens* imprescindíveis ao *diálogo*.

Sublinhando o forte e contínuo crescimento das instituições educativas inglesas ao longo do período em estudo, o autor começa por se referir ao ensino *pré-graduado*, dando conta da densa rede de escolas primárias, de escolas de gramática (que preparam para o ensino superior), de escolas especializadas (*business schools*) e de escolas de igrejas, mosteiros e corporações que se estende por todo o território. Responde-se assim a uma forte procura de educação que se explica, por uma lado, pelo funcionamento da sociedade política e pela importância da *Common Law* e, por outro, pelo elevado nível de literacia da população inglesa. Genet ilustra esta apertada malha regional de escolas, referindo-se à formação inicial dos autores políticos e historiadores que integram o dicionário prosopográfico.

Num segundo ponto, o autor debruça-se sobre as universidades. Assinalando as especificidades institucionais das universidades inglesas, que lhes permitem escapar ao controlo das autoridades eclesiásticas e do poder régio até ao século XV, sublinha o seu papel na formação não apenas de intelectuais como também de outros profissionais (juristas, médicos, mestres-escola, etc.). Sintetizando a história das estruturas universitárias inglesas no duplo movimento de diminuição progressiva dos *halls* e de transformação dos *colleges* numa estrutura pedagógica, o autor nota que o duplo sistema das leituras e da tutoria, implementado no âmbito dos *colleges*, faz com que as faculdades de artes «*cessent d'être des antichambres de l'Église pour répondre à de nouveaux besoins sociaux, et d'abord à celui de la formation des gentlemen. Tout en restant, du moins pour quelques temps encore, des lieux de savoir, les universités anglaises sont aussi des académies de formation pour les élites du pays en général...*» (p. 238).

Paralelamente, a origem social dos universitários ingleses neste período evolui no sentido de um recrutamento tendencialmente condicionado às elites (nobreza, *gentry* e burguesia), favorecido pela generalização do *undergraduate* pagador. Genet procura ilustrar o lugar que os universitários ocupam no sistema de comunicação recorrendo, uma vez mais, à amostra dos autores activos nos

domínios da história e do político, no que verifica um aumento do número elevado de universitários entre estes autores paralelo ao aumento do número total de autores.

Finalmente, no último ponto deste capítulo estuda-se essa outra instituição de ensino superior, característica de Inglaterra, que são os *Inns of Court*. Justificada a sua existência pelo facto de o direito inglês exigir o conhecimento de três línguas (latim, francês e inglês), pelo que não pode ser ensinado na universidade, onde apenas se pratica o latim, os *Inns of Court* surgem como um *studium publicum* jurídico, próximo dos tribunais régios, onde a *Common Law* é praticada diariamente. Note-se todavia que, no decurso do século XV, os *Inns* desenvolvem um *pedagogia original*, que os leva a contratar professores, cujas *readings* se aproximam rapidamente dos cursos das universidades, pelo que se tornam em verdadeiros estabelecimentos de ensino superior, com programas e com uma pedagogia distintos dos das universidades.

Todavia, os *Inns* aparecem também como um *gynasium*, onde se ensinam as boas maneiras e onde se aprende a cantar, a dançar e a exercitar-se em «*todos os divertimentos que convêm aos nobres*» (cit. na p. 242, sem menção da origem). De facto, os elevados custos de frequência explicam que os estudantes sejam quase todos membros de famílias da nobreza ou da *gentry*, que aí buscam, acima de tudo, o domínio das técnicas de base do homem de leis, fundamentais, quanto mais não seja, para que possam apreender nos antigos documentos tudo o que diz respeito à antiguidade da sua família e dos seus bens, «*sujet capital pour tous les membres de cette catégorie sociale qui peut ainsi oeuvrer à la mise en scène de sa propre distinction*» (p. 248).

Recorrendo aos dados de que dispõe sobre a percentagem dos autores activos nos *campos* do político e da história que frequentaram os *Inns*, Genet nota o seu aumento de forma contínua, ao longo do período 1400-1600, ao passo que a percentagem de universitários entre estes autores se mantém quase constante. Finalmente, importa ainda salientar a referência detalhada que o autor faz ao influente papel que os *Inns* desempenharam no incremento de um teatro de evidente conotação política, particularmente importante no tempo de Isabel I, pelo que os espectáculos dos *Inns* se assumiram como um veículo privilegiado de *difusão de ideias complexas e eruditas*, não apenas entre a corte e as altas personagens do Estado que a eles assistiam, mas também entre um público mais alargado, por intermédio dos outros espectáculos que influenciavam.

Analisados os diversos processos que caracterizam a evolução do sistema de comunicação neste período, ao nível dos seus elementos formais (escrita, línguas), materiais (manuscrito e imprensa), institucionais (ensino/produção erudita) e sociais (níveis de cultura), Genet sublinha a estreita ligação e a interacção entre estes vários processos, para concluir que «*cumulés, ils transforment la société politique (...), dans la mesure où, sous des formes variées, la communication rapide des faits et des idées entre ses membres est désormais une réalité*» (p. 255).

Nesta segunda parte, J.-P. Genet situa-se ainda ao nível da síntese, à semelhança do que vimos acontecer com a primeira. Todavia, e ainda que continue a recorrer sobretudo à bibliografia secundária, utiliza já mais frequentemente os dados da sua própria investigação, para caracterizar do *sistema de comunicação* que sustenta o diálogo político.

A importância que o autor atribui à *sociedade política* no processo de génese do Estado moderno explica o lugar central que aquele conceito assume nesta descrição do *sistema de comunicação*. E se do decurso destes quatro capítulos fica a ideia de um sistema que serve sobretudo a comunicação das elites, confirmando o seu protagonismo no diálogo político, alguns *sinais*, como sejam o avanço da língua inglesa ou a difusão dos panfletos políticos (possibilitada pela imprensa), atestam uma certa abertura daquele diálogo a outras camadas da *sociedade civil*, o que é simultaneamente causa e consequência das transformações que paulatinamente dilatam o *sistema de comunicação*.

Finalmente, na terceira parte (*Champs, auteurs, textes*), Genet procura desenvolver uma abordagem empírica da comunicação na sociedade política, para o que define os diferentes campos da produção textual (no que toma um conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, no âmbito da teoria dos campos de produção de bens simbólicos) e analisa as posições dos diferentes actores (autores e consumidores) desses campos, nas condições próprias do sistema de comunicação da Inglaterra neste período. Note-se ainda que «cette étude des champs et des acteurs a créé les conditions nécessaires à la constitution de la base de donée prosopographique et bibliographique qui a été utilisée à titre d'illustration tout au long de ce volume» (p. 346).

Começando por constatar a importância da Igreja medieval na produção de bens simbólicos, num papel que é transversal aos vários campos, no capítulo IX (*Champs*), o autor descreve o lento processo que, partindo de uma situação em que o campo do religioso era o único em que se verificava a produção textual (pelo menos escrita), conduziu, a partir da segunda metade do século XII, à autonomização dos vários campos ligados à Universidade, do campo do jurídico e do campo literário, levando a Igreja a perder o monopólio (mas não toda a influência) que detinha sobre a produção escrita.

A complexidade deste processo de autonomização explica que alguns campos, ou até partes de campos, permanecessem dominados por determinadas instituições, ao passo que outros apresentavam um funcionamento mais aberto «où tous les agents, quels qu'ils soient, individus ou institutions, agissent selon une logique qu'on désignera provisoirement comme une logique de march» (p. 268).

Genet desenvolve assim uma tipologia de campos, baseada em quatro grandes categorias: o campo do religioso, campo único, à partida, do qual continuam a sair novos campos e que permanece de facto dominante até à Reforma; os campos institucionais ou institucionalizados, que se autonomizam a partir de instituições; os campos de estrutura do tipo mercado, nos quais a produção e o consumo do texto estão na origem do próprio funcionamento do campo; e, finalmente, os campos transversais, «qui, en générant une logique qui leur serait spécifique et se superposerait aux logiques propres aux champs qu'ils traversent, restent constitués de sous-champs obéissant d'abord à ces autres logiques, celle du champ du religieux d'une part, et celle du champ littéraire de l'autre, ce qui interdit leur complète autonomie» (p. 269).

Começando por se referir ao campo do religioso, que, dada a complexificação da estrutura da Igreja, tende a tornar-se num campo multipolar, fragmentado numa série de sub-campos, cada um dominado por uma instituição diferente, Genet arrola depois o conjunto dos seis campos institucionalizados, cuja autonomização está intimamente ligada à autonomização das Universidades, a saber: o campo das disciplinas da filosofia, o das disciplinas do texto e do discurso e o das disciplinas científicas (os três ligados à faculdade de artes), o campo da medicina (ligado à faculdade de medicina), o campo do jurídico (ligado às faculdades de direito canónico e de direito civil, mas também aos tribunais públicos e aos Inns of Court, a partir do século XV) e o campo da música.

A propósito da caracterização do funcionamento do campo literário, dominado por mecanismos de mercado, Genet faz uma digressão de cariz metodológico, essencial para se perceber o questionário que orientou a construção da base de dados sobre os textos produzidos em Inglaterra entre 1300 e 1600, nos campos da história e do político, e que está na base do estudo que o autor faz do funcionamento e da evolução de fundo destes campos, ainda neste capítulo.

Com efeito, consciente de que é preciso encontrar um modo de acesso original que permita, na construção de uma base de dados, introduzir critérios de observação e de medida dos textos através dos quais se possa estudar o funcionamento dos campos, Genet gizou este modo de acesso

a partir da teoria da recepção, desenvolvida por Hans-Robert Jauss. Assim, partindo do pressuposto de que a novidade e a posição de um texto se medem através da recepção do público, do seu *horizonte de expectativa*, Genet propõe que o historiador se debruce sobre *critérios objectivos* (o conceito é ainda de Jauss) que permitam a seriação dos textos, com o objectivo de descortinar o sistema de referências que domina a sua recepção pelo público.

Depois de problematizar o conceito de género literário, tido por Jauss como instrumento indispensável a esta seriação dos textos, e de recusar a utilização do *género* como instrumento de quantificação, Genet propõe-se caracterizar cada texto por uma série de atributos codificados que não se prestem a confusão e que sejam directamente mensuráveis. Propõe assim a combinação de quatro *sistemas descritivos* (ou *critérios objectivos*), a saber: a língua, a forma (oposições elementares: prosa/ verso, longo/breve), o conteúdo e o estatuto do texto.

Já ao analisar o funcionamento dos *campos transversais*, o autor sublinha a sua capacidade para escapar ao *jogo das formas e dos conteúdos*, por não estarem sujeitos a um controlo institucional rígido, bem como a influência crescente da expansão dos mecanismos de mercado nestes *campos*. Partindo do princípio de que «*la naissance d'un champ transversal est liée à la force, puis à la disparition ou plutôt au déclin, d'un texte, d'un type de texte ou d'un genre initial qui donne naissance par éclatement à des genres dérivés ou se mélange avec d'autres types de textes ou d'autres genres*» (p. 286), Genet procura traçar a genealogia do *campo* emergente e compreender a sua natureza e as suas potencialidades, através do estudo dos melhores exemplos do género *inicial*, matriz do *campo transversal*.

Neste sentido, começa por estudar a crónica universal, matriz do *campo* da história. Partindo da análise das crónicas universais inglesas (dos seus conteúdos, periodização e áreas temáticas), passa ao estudo dos conteúdos/temas do conjunto das obras históricas inglesas incluídas no dicionário, organizando-os em cinco grupos (*temas biográficos*, '*antiquarínisme*', *documentos*, *história* e *geografia*) e evidenciando a evolução registada entre 1300 e 1600, ao nível de cada grupo. Seguidamente, analisa detalhadamente o género dos *Miroirs au prince*, matriz do *campo do político*, para depois de referir, sumariamente, aos conteúdos/temas das obras políticas inglesas incluídas no dicionário, organizando-os em quatro grupos (*aproximações várias*, *moral política*, *actualidade* e *teoria*), cuja evolução considera dominada pela estabilidade das proporções dos vários temas ao longo dos diversos períodos, ao contrário do que acontece no *campo* da história.

O estudo serial do funcionamento e da evolução dos *campos transversais* que o autor esboça neste capítulo, com base nos quatro *critérios objectivos* a que nos referimos mais acima (e em particular no conteúdo), esconde, todavia, a importância dos critérios qualitativos. De facto, «*les chiffres ne font que traduire des grandes masses, des évolutions générales, pour dessiner l'évolution du paysage de chacun des champs déterminés au préalable. C'est sur ce fonds que la position de chaque texte, envisagé individuellement, prend sa singularité: on retrouve ici une démarche similaire à celle de la prosopographie*» (p. 305).

Já no capítulo X (*Acteurs*), Genet prossegue a análise do funcionamento dos *campos* de produção de textos, centrando-se agora nos seus *actores*, pelo que procura perceber as relações existentes entre a unidade textual e o produtor, por um lado, e o consumidor, por outro, nas condições específicas do sistema de comunicação do final da Idade Média.

Assim, num primeiro ponto dedicado aos produtores, para além de estudar o problema da *autoria* na Idade Média, analisa também as *deformações* introduzidas pelo manuscrito, *media* dominante ao longo do período estudado, ao nível da fluidez do texto medieval, modificável de uma cópia para outra. Aborda ainda os problemas que o manuscrito levanta à noção de *autor* e de

obra, ilustrando-os com o exemplo do processo de produção/construção dos *Canterbury Tales*, de Chaucer, dando conta das diversas teorias sobre a tradição manuscrita da obra e concluindo pela intervenção múltipla na construção do texto, na qual participam (em diferentes graus) o autor (no sentido clássico), o encomendador, o escriba e múltiplos *transformadores* (editor, tradutor, comentador).

Genet não deixa ainda de se referir ao problema do *texto virtual*, decorrente das inúmeras perdas de manuscritos (para os quais dispomos apenas de uma referência bibliográfica), e da não circulação de alguns, para sublinhar que, apesar dos problemas de classificação que levantam, optou por os tomar em conta na sua investigação.

Num segundo ponto, dedicado aos consumidores, procura estudar os mecanismos de funcionamento do mercado, fundado sobre a oferta de um produtor e os desejos de um consumidor de bens simbólicos, neste caso textos, salientando que, embora o mercado apenas domine o *campo* literário, ele não deixa de influenciar os restantes. Opta assim por analisar dois tipos de fonte que permitem conhecer as escolhas e gostos dos leitores e possuidores de livros: os *common-place books* (já qualificados de *mini-bibliotecas num volume* ou de *bibliotecas virtuais*) e as listas e catálogos que nos permitem conhecer as bibliotecas individuais.

Se no que respeita aos *commonplace books* analisa os conteúdos, a estrutura, o contexto de produção e as fontes dos principais exemplares ingleses, no que concerne às bibliotecas individuais, apresenta os dados por si recolhidos numa outra base de dados, já referida, sobre as bibliotecas dos universitários e dos não-universitários, até 1550. Tendo já estudado noutros trabalhos (para os quais remete o leitor) as bibliotecas de religiosos, de universitários e de príncipes, Genet detém-se agora no estudo das bibliotecas da nobreza, da *gentry* e da burguesia londrina, para o que analisa alguns exemplos específicos que considera representativos do grupo social a que pertenciam os seus proprietários.

Redigido em jeito de conclusão da obra, o capítulo XI (*Société politique, espace national ?*) parte da noção de que o diálogo entre o poder e a sociedade política dá origem, à medida da sua progressão, à sua própria estruturação, evoluindo, modificando os seus próprios conteúdos e modificando os *campos* que o constituem, do que é um bom exemplo a emergência dos *campos transversais* da história e do político. Embora esta dinâmica evolutiva/construtiva do diálogo político não constitua o objecto do presente volume, Genet não deixa todavia de abordar os efeitos decisivos desta dialéctica, através do estudo do papel crucial que a história nela desempenha, no que antecipa já futuros trabalhos. Este papel é tanto mais significativo quanto a história adquiriu em Inglaterra, desde cedo, um *valor constitutivo de uma identidade inglesa*, em torno da qual «*se sont ordonnées peu à peu non seulement les différentes strates de la culture anglaise, mais aussi un certain nombre de conceptions politiques qui ont en retour contribué à façonner cette identité*» (p. 347).

Sublinhando a capacidade que a historiografia inglesa revelou, desde o século XII, para a fusão das culturas celta ou bretã, anglo-saxónica, normanda e latina numa *cultura inglesa original*, através do estabelecimento de continuidades entre os vários períodos e formações étnico-políticas de domínio que se sucederam no território inglês, Genet retoma as teses de John Gillingham, para quem os historiadores ingleses «*ont subtilement su construire une identité anglaise en évitant précisément le problème ethnique, mais en s'appuyant sur les caractères objectifs qui les constituent en une communauté sociale identifiable par ce qui la distingue de ses voisins*» (p. 351). O retorno das elites à língua da maioria da população e a existência de uma abundante literatura histórica nacional, desde cedo destinada a um grande público, que fez da história uma componente essencial

deste sentimento nacional, constituem outros dois factores decisivos para a vinctada afirmação do sentimento nacional inglês.

Ora, ao longo de todo este período, e em particular do século XVI, a historiografia inglesa desenvolveu um conjunto de instrumentos de controlo do tempo e do espaço que lhe permitirão, no final deste período de génese do Estado moderno, «*inscrire l'expérience collective de la société anglaise dans un cadre homogène et ordonné sur de double plan spatial et chronologique*» (p. 354). O desenvolvimento do *antiquarism* de ressonância eminentemente local, da bibliografia e da cartografia, a que se assiste no século XVI, ao mesmo tempo que se difunde a *história popularizada*, mais não fazem do que aperfeiçoar aqueles instrumentos e reforçar a atribuição de uma memória e de uma identidade a um espaço que aparece já como *espaço nacional*, mesmo que a sociedade política ainda não o seja.

Da leitura da obra de Genet ressalta assim a noção da importância que a sociedade política assumiu no processo de génese do Estado moderno (e continua hoje a assumir), por via do diálogo, necessariamente conflituoso, que foi capaz de estabelecer com o poder, gerando uma dinâmica de permanente recriação das formas, dos conteúdos e da intensidade deste diálogo político, pela qual a própria sociedade política se redefiniu continuamente. Solidário desta dinâmica, também o sistema de comunicação acompanhou, possibilitando-a, esta recomposição.

Ao socorrer-se de uma conceptualização consideravelmente abstracta, forjada no tempo longo e manifestamente empenhada em conferir aos problemas que hoje se levantam ao funcionamento das sociedades políticas e do sistema de comunicação a espessura *temporal* necessária à sua compreensão, o que o obriga à recolha de extensas séries de dados empíricos (de difícil tratamento), o programa de investigação em que este trabalho se insere contrasta claramente com a tendência *pós-moderna* para a fragmentação do objecto historiográfico. Ao invés, reclama claramente para a história um papel activo na discussão de problemas que estão longe de se circunscrever a um tempo-lugar restrito, encerrado no passado, mas antes se prolongam até ao presente.

André Evangelista Marques

KLEIN, Herbert S., 2002 - *O Comércio atlântico de escravos – 4 séculos de comércio esclavagista*. Lisboa, Editora Replicação

A tradução do trabalho de H. Klein sobre o comércio atlântico de escravos preenche um vazio quase completo na bibliografia portuguesa sobre o assunto. Mesmo noutras línguas, são praticamente inexistentes os trabalhos de síntese sobre uma temática historiográfica que nos últimos 30 anos teve uma das mais intensas taxas de crescimento. Considerando apenas as publicações inglesas e francesas desde 1971, Klein conta, na bibliografia crítica em apêndice, apenas 5 retrospectivas gerais anteriores à sua.

O pequeno número de balanços nesta área de pesquisa confirma que ela se encontra ainda em fase de acumulação empírica e que, por consequência, começou tarde. Klein não tem dúvidas sobre a explicação desse atraso: o imperialismo europeu. Só a descolonização dos anos 1950-60 criou as condições sociais necessárias para o arranque das pesquisas científicas, tal como só o

abolicionismo do período 1780-1830 tinha criado as condições para conceptualizar o tráfico como objecto de estudo. Pode acrescentar-se uma outra contextualização, que Klein não faz explicitamente mas que não parece forçada: a expansão bibliográfica deste tema nos últimos 30 anos foi contemporânea de uma abertura sem precedentes do comércio mundial, isto é, da chamada “globalização”. Se fôr verdade que a historiografia se interessa pelo que deve legitimar, então este interesse pelo tráfico atlântico de escravos parece explicável. É que a “passagem do meio” não foi apenas um dos primeiros circuitos inter-continentais: na medida em que proporcionou as condições para o primeiro sistema de produção de mercadorias exclusivamente para exportação, foi o verdadeiro fundador do mercado mundial.

Klein retoma neste ponto, tal como Curtins com o seu “complexo de plantações”, a ligação entre a escravatura moderna e o açúcar. Tanto na sua fase mediterrânica como na atlântica, o açúcar desenvolveu um círculo virtuoso que associava produtividades e consumos crescentes. Nesta dinâmica, os capitais europeus não se limitaram a fazer circular uma mercadoria: pela primeira vez, exportaram igualmente um modo de produção para a conseguir. O processo começou nos finais da Idade Média com as plantações levantinas dos italianos e continuou nas ilhas e costas do Atlântico tropical. Para todas as plantações foi necessário descobrir uma força de trabalho e, como se sabe, a solução foi a reutilização das relações escravagistas, que estavam em regressão desde o fim da Antiguidade. Assim, entre os poucos milhares de escravos balcânicos comprados para as plantações do Médio Oriente, Chipre ou Rodes e os milhões de africanos comprados para o Brasil ou as Antilhas, houve apenas uma diferença de escala dentro de um mesmo padrão.

Klein refere-se em diferentes capítulos (1,2, 3, 4, 8) ao ciclo produtivo das mercadorias produzidas em regime de plantação. Em passagens relativas à época final do tráfico mas que valem para os três séculos anteriores, o encadeamento aparece desta forma:

“Apesar do aumento constante do preço dos escravos e dos cada vez maiores riscos do negócio...o volume real da migração forçada de escravos africanos para as Américas tendia a acompanhar as oscilações de aumento e declínio da procura americana de mão-de-obra. Esta procura, como sempre, dependia por sua vez da procura europeia do açúcar, café e algodão produzidos pelos escravos...” (p.192).

“Se o comércio de escravos continuou a funcionar apesar de todos os esforços Britânicos foi porque era insaciável a procura de produtos das plantações americanas por parte dos Europeus, e a procura de escravos africanos por parte dos produtores americanos.” (p.198).

Açúcar, café, algodão ou prata - os produtos das plantações e minas da América - entram na categoria “bens de consumo”. Se o total da produção social for dividido entre os ramos que produzem meios de produção (sector I) e bens de consumo (sector II), então expressando esta ideia numa terminologia que Klein não usa, pode dizer-se que, quanto à reprodução, a principal especificidade dos ciclos de capital das plantações e minas americanas era o facto de a acumulação ser determinada pelo sector II – isto é, pelos ramos que produzem bens de consumo. Era em função do crescimento deste sector II que se desenvolvia a procura de meios de produção, isto é, do sector I. Nos ciclos do capital industrial acontece geralmente o inverso: é a acumulação desenvolvida no sector dos meios de produção (I) que leva ao crescimento do sector de bens de consumo (II).

Uma outra especificidade das plantações modernas é o facto de, nos trópicos, os meios de produção, cujo crescimento era induzido por II, consistirem essencialmente numa mercadoria: a força de trabalho comprada de uma só vez em África.

No cap. 2, Klein mostra uma consequência do ciclo: o que condicionou a capacidade das diferentes colónias americanas se povoarem com escravos foi a existência de rendimentos de exportação (mercadorias do sector II produzidas na América mas realizadas na Europa). Excepção feita aos casos em que foi possível aproveitar o trabalho ameríndio, a correlação é perfeita em quase todos os casos: houve importação de escravos por parte das plantações exportadoras em grande escala - casos do açúcar e algodão - mas, inversamente, utilização de emigração europeia quando a escala de exportação era pequena - caso do tabaco nas Pequenas Antilhas (p.26-46). Deste modo, para haver tráfico de escravos não bastava a necessidade de arranjar uma força de trabalho na América. Essa era apenas a condição necessária. A condição suficiente era transformar essa necessidade em procura solvente, o que apenas a exportação de certas mercadorias permitia. Assim se explica, por exemplo, que a costa oriental africana só tenha entrado nos circuitos escravagistas no final do século XVIII, dado que teve de esperar pela capacidade de a América poder pagar “*pelos escravos preços mais altos, que justificassem os custos adicionais e o agravamento da taxa de mortalidade inerente a este negócio.*” (p.66-7)

É importante realçar este ponto, que diferencia qualitativamente o tráfico atlântico de escravos de um simples comércio triangular. Para começar, e contrariamente a um velho mito historiográfico, o tráfico de escravos não fazia parte de um comércio triangular: os números já disponíveis mostram que “*os navios de escravos não eram um elemento significativo no transporte para o mercado europeu dos bens produzidos por escravos na América.*” (p. 96). Havia portanto vários capitais comerciais envolvidos no circuito Europa-África-América. Mas mesmo que acontecesse ser apenas um capital a circular em cada um destes triângulos de portos, o tráfico atlântico de escravos continuaria a distinguir-se de outros circuitos triangulares, como por exemplo aquele que, desde o século XVI, comprava laca chinesa e a vendia na Índia para comprar pimenta vendida a seguir na Europa. A razão é simples: neste último caso, independentemente do número de capitais envolvidos, os preços das mercadorias revendidas não estavam directamente ligados. O preço de venda da laca na Índia determinava o lucro da sociedade mercantil que a importara da China mas não a margem de lucro da etapa seguinte, isto no caso de ser a mesma sociedade a comprar a pimenta indiana para o consumo europeu. A laca não era um *input* da pimenta e, embora as variações dos preços das mercadorias que alimentavam os circuitos encadeados condicionassem os lucros, e portanto, o volume dos negócios da etapa seguinte, os níveis absolutos dos preços eram, em mercados concorrenciais como os do Oriente na época, independentes entre si.

Não acontecia o mesmo com o circuito dos escravos que integravam um ciclo de capital produtivo. Nele, o capital das plantações americanas (D) transformava-se na mercadoria-escravos africanos (M) para *produzir* mercadorias (M') realizadas na Europa (D'). Neste ciclo, os preços dos escravos representavam *custos de produção*, que não podiam ser dissociados dos preços de venda dos bens alimentares exportados. Como a curva da procura europeia destes bens (açúcar, etc., isto é, bens que não eram ainda de primeira necessidade) era elástica, existia um tecto que os preços dos escravos desembarcados na América não poderiam ultrapassar sob pena de os seus compradores deixarem de obter lucros com o trabalho africano. A procura americana tendia a absorver todos os escravos disponíveis mas, dado seu mercado de exportação, *não a qualquer custo*. Deste modo, pode perceber-se melhor o que tem sido tratado de modo puramente empírico e descontextualizado: o mercado africano de escravos, de que se trata no cap. 5.

A característica principal deste mercado foi o seu elevado grau de abertura, dado que nunca foi possível a algum grupo de capitais estabelecer um monopólio estável. Os europeus não

dominavam politicamente nenhum *hinterland* (excepção feita ao vale do Cuanza em Angola) e dependiam inteiramente da boa vontade dos poderes locais para instalarem os seus entrepostos. Essa dependência obrigava, por exemplo, a que nos locais onde a concorrência era grande, como na Costa do Ouro, os comerciantes tivessem que pagar em comissões e luvas o equivalente a 37 escravos por navio (p.103). Como o interesse dos vendedores africanos era aumentar o número de potenciais clientes, praticamente todos os mercados atlânticos de escravos se mantiveram concorrenciais, excepção feita ao período inicial português do século XV. No século XVII, a coexistência era tão inevitável que chegou a haver espaço para um afluxo de recém-chegados, de que faziam parte as companhias dinamarquesas, suecas e brandeburguesas (p. 75-77). Mesmo nas regiões austrais formalmente dominadas pelos portugueses, e que eram as únicas de domínio efectivo europeu em África, havia rotas de escravos a serem desviadas em favor de concorrentes (tal como acontecia aos escravos que iam do Congo para o Luango e com a interferência dos franceses em Moçambique).

Mais: atendendo à especificidade da mercadoria que vinham buscar – os excluídos sociais, cuja produção dependia dos aparelhos políticos – a existência, composição e quantidade dos *stocks* de escravos estavam fora do controle europeu: “*Muito embora a bibliografia esteja cheia de descrições, da época e posteriores, sobre qual o tipo de escravos que os plantadores e os comerciantes de escravos pretendiam, o facto é que quem determinava a idade e o sexo dos escravos a embarcar eram os fornecedores africanos.*” (p.161). É deste modo que se explica por exemplo o alto rácio de masculinidade dos embarques, dada a valorização das mulheres nas sociedades matriarcais africanas (p. 163-164). Com tudo isto, o mercado africano de escravos era portanto *um seller’s market*.

Assim, se existia um tecto americano a limitar o preço de revenda, se os comerciantes europeus se concorrenciavam livremente e se o volume e a composição da oferta de escravos lhes escapava, é fácil compreender que os famosos lucros “astronómicos” nunca tenham existido durante o período do tráfico legal e que a taxa de lucro do ramo tendesse a alinhar pelos valores médios dos respectivos mercados. “*Do trabalho dos historiadores da economia europeia resulta agora evidente que os lucros do comércio de escravos não eram extraordinários em termos de padrões europeus. A taxa média de 10% atingida era considerada uma excelente taxa de lucro para a época, mas não se afastava de outros investimentos seus contemporâneos.*” (p.97-98).

Assim se explicam também as dificuldades encontradas pelas companhias comerciais que tinham obtido das respectivas coroas uma carta de monopólio, cujo modelo foi iniciado pela WIC holandesa. É que, se por um lado, a entrada no ramo exigia grandes somas – note-se que a simples armação de um navio levava frequentemente à organização de sociedades por quotas – por outro lado, a margem de lucro podia tornar-se insuficiente para cobrir os custos fixos decorrentes da instalação em regime monopolista e, sobretudo, para compensar a longa rotação dos capitais (3 anos em média: p. 96-7). O regime geral no séc. XVIII passou a ser o livre, embora as companhias monopolistas continuassem a ser formadas quando o Estado pretendia abrir novas áreas de plantação que se prestavam a altos rendimentos de exportação (como no caso do norte do Brasil e das companhias monopolistas de Pombal).

Num mercado concorrencial mas sujeito a uma oferta pouco elástica, como poderia ter evoluído o preço de compra dos escravos? Neste ponto, Klein tem menos material para sintetizar dado que se trata de uma área em que os dados recolhidos ainda são escassos. “*Determinar o preço a que os escravos eram vendidos em África aos Europeus é um cálculo muito complexo.*” (p. 106). Os preços variavam com as cotações regionais das mercadorias europeias que serviam de meios de pagamento e com o estado de equilíbrio regional entre a oferta e a procura. Este último ponto

parece ter mais valor explicativo que o primeiro porque sem ele - isto é, se o preço dos escravos variasse apenas com as cotações das mercadorias oferecidas pelos europeus - o nível dos preços estaria sujeito a flutuações de menor amplitude e gravitaria, como em qualquer outra mercadoria, à volta do custo de produção. Neste caso, os custos seriam os necessários para a criação e manutenção de populações jovens. Contudo, a especificidade do mercado de escravos está em dois factores que, em sentido inverso, tendiam a afastá-lo do “preço natural”:

- em sentido descendente, isto é, deslocando o preço para níveis inferiores ao valor, estão as actividades que produziam escravos para além da reprodução natural. Os *stocks* para vender na costa quase dependiam das flutuações demográficas, embora obviamente, a maior ou menor proximidade de regiões com altas densidades populacionais condicionasse a prosperidade do ponto de embarque. Eram sobretudo as guerras que determinavam o volume e composição da oferta, como se demonstra com as saídas e entradas no tráfico por parte de diferentes regiões do Golfo da Guiné, sucessivamente devastadas por guerras santas e comerciais nos séc. XVIII e XIX;

- em sentido ascendente, isto é, deslocando o preço para níveis superiores ao valor, estão os efeitos induzidos pelas rendas americanas. Sendo o tráfico concorrencial e sendo a procura americana pouco elástica, existia certamente um mecanismo de mercado indexava os rendimentos das plantações americanas ao preço dos escravos em África. Com os lucros e a procura de trabalhadores a subir na América, o volume das compras de escravos nos mercados africanos e portanto os preços nos mercados de origem tenderiam a subir. Deste modo, uma fracção dos preços de custo dos escravos em África deve ter correspondido a fracções de renda capitalizada das plantações americanas.

Não é forçado relacionar estes factores com as tendências a longo prazo que Klein apresenta para os preços em África. Estas compõem-se de um *trend* de baixa entre o século XV e finais do século XVII e de um *trend* de alta entre meados do séc. XVIII e o fim do tráfico (p.109). Parece evidente que o primeiro se correlaciona com a fase em que a oferta de escravos foi excedentária (período de instalação das plantações na América) e o segundo com a fase em que, inversamente, a procura foi quase sempre excedentária, a ponto de nem mesmo ser satisfeita pelas guerras que multiplicavam os captivos. Nesta última fase, é bem possível que os vendedores africanos tenham podido, através da subida do preço dos escravos, absorver uma fracção dos lucros americanos.

Note-se que, na medida em que os comerciantes europeus de escravos pudessem repercutir estes custos sobre os plantadores americanos, a alta dos preços de custo em África não tinha necessariamente efeitos sobre a taxa de lucro do tráfico. Esta dependia apenas da margem que a concorrência entre transportadores deixasse estabelecesse entre os preços de custo e de venda, independentemente dos valores absolutos de cada um deles.

O cap. VI trata do que, em contrapartida, tinha efeitos consideráveis sobre a margem de lucro do tráfico: a mortalidade da “passagem do meio”, isto é, as perdas a bordo. A actualização de resultados apresentada por Klein é bastante esclarecedora da tendência descendente que se verificou: em média, entre o século XVII e o fim do tráfico em meados do séc. XIX, a mortalidade teria passado de 20 para 12%. Mesmo tendo em conta o fraco valor explicativo de médias relativas a frequências sujeitas a desvios muito elevados, todas as séries apontam no mesmo sentido. A alta mortalidade a bordo tinha sido um dos argumentos abolicionistas mais usados pelo que não deixa de ser estranho que a tendência descendente não tivesse sido detectada há mais tempo. Para além da falta de dados quantitativos suficientes, Klein mostra como o preconceito da mortalidade crescente foi uma consequência do preconceito já referido em capítulos anteriores, a saber, “que os

escravos saíam praticamente de graça aos Europeus” (p.130). Isso teria levado a pensar que era rentável abarrotar os navios, dado que à chegada a América todos os sobreviventes representariam lucro líquido. Depois de mostrar o erro contido neste pressuposto de que os preços dos escravos eram muito baixos em África, faltava mostrar o erro existente na associação entre a sobrelotação dos barcos e taxas de mortalidade. De facto, a mortalidade a bordo ficava cara (para as cargas francesas do séc. XVIII uma taxa de mortalidade de 15% significava uma redução de lucros de 30%); simplesmente a mortalidade variava menos com a sobrelotação que com a duração da viagem, o porto de origem, o tempo de permanência nos depósitos da costa, o trajecto terrestre, a composição da carga e outras variáveis. Bom, e falando de preconceitos desfeitos pela análise quantitativa, os leitores portugueses encontram uma pequena surpresa: afinal os maiores negreiros entre as potências europeias (Eltis atribui uma percentagem total do tráfico a Portugal de 44,2%, v. Quadro 3) foram os mais eficientes. As cargas portuguesas sempre teriam sido as que sofreram menores perdas (uma média de 8,7% contra, por exemplo, 13,1% dos segundos maiores transportadores, os ingleses, v. Quadro 6.1). No final do tráfico, a passagem entre Angola e o Rio estaria no nível médio mais baixo de sempre, 6,5%. Pode argumentar-se que esse era um dos circuitos mais rápidos – e portanto menos mortíferos – do tráfico mas como, por outro lado, os dados conhecidos mostram que as cargas dos negreiros portugueses incluíam uma maior percentagem de mulheres e jovens, que eram as populações mais sujeitas a perdas, parece inegável que houve melhorias importantes. A ser assim, e sabendo-se que os ganhos de eficiência neste circuito se verificaram desde 1750 (incluindo portanto o período ilegal do tráfico, que inflacionou os preços), este parece um forte argumento para a existência de super-lucros embolsados pelos negreiros portugueses e, em consequência, para levantar sérias dúvidas a respeito do significado de taxas de lucro “médias” neste ramo. Note-se que Klein não nega que haja ainda muitos debates abertos sobre a rentabilidade do tráfico, incluindo um que dura há décadas: o do impacto que os lucros (grandes ou pequenos) do ramo tiveram sobre a acumulação de capital na Europa e o processo de industrialização. (ver p.98-9).

Este trabalho de síntese tem também o mérito de relacionar a problemática da rentabilidade com os resultados obtidos pela demografia histórica das populações afro-americanas. A duração média de vida e a taxa de reprodução natural são variáveis determinantes nos lucros do “complexo de plantações” e, em ambos os casos, Klein mostra como os estudos das últimas duas décadas trouxeram resultados muito significativos. O debate no seio da historiografia norte-americana sobre o escravagismo dos Estados do Sul incentivou a pesquisa empírica relativamente à América Latina e permitiu, para certas regiões e épocas, o levantamento de dados em grande escala. Contudo, é inegável que os dados quantitativos nem sempre trazem por si só esclarecimentos e a esse respeito vale a pena referir algumas fragilidades do seu enquadramento conceptual, que Klein não evita. A principal é a relativa facilidade com que as relações sociais capitalistas aparecem como pressupostos naturais em todas as explicações. Por exemplo, a emergência do tráfico de escravos no mundo moderno – uma *reprise* histórica como se viu – é relacionada com a alta dos salários ibéricos nos séculos XV-XVI. Na falta de uma oferta europeia e atendendo a que razões extra-económicas (“*uma série de razões políticas, culturais e religiosas*” - p. 18) impediam a escravização dos índios americanos, ter-se-ia optado por comprar escravos em África. Nesta explicação, assume-se como dominante o que na Europa feudal do século XV-XVI era uma relação social periférica: o trabalho assalariado. Custos laborais comparados só fazem sentido quando toda a força de trabalho é comprada e nem os camponeses feudais ibéricos nem os índios das “*encomiendas*” cabem nessa categoria. Na verdade, foi a abertura do mercado mundial que criou o modo capitalista de produção, não foi este que povoou o mundo dos séculos XV-XVI.

Anacronismos semelhantes aparecem também a propósito do impacto do comércio europeu sobre a produção africana. Ao medir as relações de troca entre mercadorias agrícolas, nomeadamente o óleo de palma, e as importações europeias, Klein refere que o “*comércio internacional era apenas uma pequena parcela da economia africana e que o mercado interno absorvia uma percentagem muito maior da produção e das trocas nacionais*”. Desta vez o que é assumido é a identificação entre produção e produção de mercadorias, e assim sendo, a degradação das razões de troca significaria que nas sociedades africanas dos séculos XVIII-XIX o peso da dívida externa sobre o PIB se manteve baixo. Como se sabe, as variações das razões de troca pouco sentido fazem para uma sociedade que, falando na mesma linguagem, vive esmagadoramente de rendimentos não monetários e que não produz para o mercado.

Em resumo, a síntese de Klein reflecte com rigor os resultados, o contexto teórico e as limitações da moderna historiografia sobre o tráfico. E quanto mais não fosse, os seus apêndices com quadros estatísticos e com uma bibliografia crítica tornam esta obra indispensável para qualquer nova pesquisa.

Maciel Morais Santos

POIRRIER, Philippe, 2004 – *Les enjeux de l'histoire culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, col. “Points Histoire”, série “L'Histoire en débats”, 435 p.

Maître de conférences de história contemporânea na Universidade da Borgonha, Philippe Poirrier é autor de uma produção historiográfica centrada no tema das políticas culturais e da relação cultura *versus* estado e sociedade. Esta obra manifesta uma preocupação pedagógica e sistémica de reflectir sobre a história cultural, três décadas após a sua afirmação no cenário historiográfico francês, pese embora este processo tenha conhecido algumas reticências já que à história cultural foram feitas algumas acusações de falta de coerência e pluralidade de práticas. Esta polémica, normal quando se trata do surgimento de subdivisões disciplinares, serviu, todavia, para a estruturação da história cultural e para a sua consolidação no panorama académico.

O autor apresenta a obra como um esboço de história da história cultural em França mas, não obstante o inegável peso dos critérios nacionais na construção das historiografias dos diversos países, é também incontornável o processo de crescentes trocas entre elas, inscrevendo-se a história cultural francesa (como as suas demais áreas) num quadro cada vez mais alargado de permutas internacionais, nomeadamente no contexto europeu. É consabido o poder de influência da historiografia gaulesa sobre outras, nomeadamente a portuguesa, pelo que a dimensão pratico-conceptual que este livro encerra só pode enriquecer e esclarecer o conhecimento geral sobre a matéria em questão.

A demonstração que a obra em análise pretende fazer desenrola-se ao longo de três momentos que correspondem a outras tantas partes nas quais o livro se divide: a invenção da história cultural; os territórios da história cultural; os desafios disciplinares.

A primeira parte abre com o capítulo *La construction d'une genealogie* e apresenta uma magistral lição sobre a genealogia desta sub-disciplina que desabrocha nos anos 70 e 80 do século XX, as etapas da sua evolução e definição face aos contornos ou limites de outras sub-disciplinas históricas, como o título dos quatro sub-capítulos claramente indicam: *De l'histoire sociale de la*

culture à une histoire culturelle du social; De l'histoire sociale à l'histoire des cultures; Une histoire sociale des représentations; Sociale e et culturelle, indissociablement. Neste percurso, não hegemónico e plural, destaques são devidos a Roger Chartier (com base em referências como Carl E. Schorske, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Norbert Elias), Carlo Ginzburg, Michel Vovelle, Georges Duby, Jacques Le Goff, Daniel Roche, Alain Corbin, Maurice Crubellier, Paul Gerbod, Pascal Ory, Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli, entre outros.

O segundo capítulo assume ainda a ressonância genealógica e persevera na história da disciplina remetendo para a questão *Le moment des mentalités: de la cave au grenier*. Trata-se aqui de explicar o papel central da “história das mentalidades” no percurso da história cultural, assim como a trajectória de alguns historiadores franceses que deslizaram da história económica e social para a história cultural como sugere a metáfora de Vovelle utilizada no título do capítulo. São evocados os fundadores – Robert Mandrou e Georges Duby –, especificam-se as características da história das mentalidades, referem-se as críticas e dúvidas (representadas no célebre artigo “Les mentalités. Une histoire ambiguë” de Jacques Le Goff, publicado no terceiro volume da marcante obra *Faire de l'histoire*), sublinha-se ainda a resistência e reabilitação da história das mentalidades no seio da historiografia francesa e de outros países.

Os dois capítulos seguintes elegem temáticas específicas. Assim, o terceiro propõe uma reflexão sobre *Le rôle pionnier des historiens du livre* realçando o contributo maior que esse novo objecto de estudo – o livro e, mais amplamente, a coisa escrita – deu à afirmação da história cultural. São abordadas a perspectiva sociológica, a contribuição para o debate sobre a “cultura popular”, a perspectiva antropológica focalizada na relação entre o livro e a leitura, a história material do livro, a história da edição na época contemporânea. Quanto ao quarto capítulo, o tema desenvolve-se em torno de *Une histoire culturelle de la Révolution française* que se plasma num período cronológico de charneira entre a época moderna e a época contemporânea, remetendo, portanto, para a emergência da modernidade política da nação. Além da história conceptual do político, propõem-se abordagens como a história das mentalidades revolucionárias, o momento do bicentenário como uma eventual viragem cultural, isto é, uma leitura cultural da revolução que permitiu, inclusivamente, alterações e apropriações linguísticas, enfim, a história cultural da revolução francesa como terreno privilegiado de pluridisciplinaridade que cruza a história literária e a história das artes.

Sem pretensões de exaustividade, a segunda parte deste livro – *Les territoires de l'histoire culturelle* – aponta para a inegável diversidade que caracteriza a configuração do cenário académico. O primeiro capítulo estuda instituições e políticas culturais realçando a inequívoca anterioridade de que no seu seio beneficia a história da educação. O capítulo seguinte – *Des intellectuels aux médiateurs culturels* – trata da análise do papel dos intelectuais sublinhando a progressiva construção e diversidade metodológica da história dos intelectuais que tem ganho visibilidade e institucionalização no âmbito da história cultural. *Le cinéma: de la source à l'object culturel* evoca o aparecimento da história do cinema como uma disciplina recente que ilustra a evolução do olhar dos historiadores sobre os objectos culturais. Território próximo do anterior e cujo desenvolvimento regista numerosos pontos comuns é a história da imprensa cujo alargamento conduz à estruturação duma história dos médias; ela alimenta uma também jovem história da cultura de massas tal como se apresenta no capítulo *Des médias à la culture de masse*. O tema seguinte – *Des sensibilités* –, além de fazer a resenha histórica desta área específica da história cultural, evocando, entre outros, Lucien Febvre (precursor na matéria), Philippe Ariès e Alain Corbin, sublinha ainda um dos domínios mais profundamente renovados por esta sub-disciplina:

a história cultural da guerra. O tema da memória, que em 1984 conheceu o seu momento fundador com a publicação do 1º volume da obra dirigida por Pierre Nora *Lieux de Mémoire*, é aqui assinalado no capítulo *Mémoires, symboles et histoire* que alinha sugestivos sub-títulos: *Emblèmes et symboles à l'époque médiévale*; *Du "syndrome de Vichy" à la "mémoire coloniale"*; *Mémoire et biographie*; *Mémoires, politiques symboliques et images urbaines*; *Mémoire et événement*. Outro território, numa primeira fase particularmente acarinhado na Alemanha e em Itália, é a historiografia, traduzindo a preocupação pela história dos conceitos e pela epistemologia da história. À historiografia sucede o capítulo *L'histoire des sciences* desde há algum tempo reivindicada pelos domínios da história cultural.

A terceira e última parte da obra – *Les enjeux disciplinaires* – examina alguns aspectos colocados pela institucionalização da história cultural: práticas e modalidades de pesquisa, pontos de convergência e tensão com outras sub-disciplinas da história, relações com disciplinas próximas e com outras historiografias nacionais.

No capítulo *Une institutionnalisation récente*, o autor defende que a institucionalização da história cultural no quadro académico deve ser entendida sob dois ângulos, aliás complementares: por um lado, testemunha a crescente importância das abordagens culturais no seio da escola histórica francesa nas últimas duas ou três décadas, por outro, constitui uma condição de viabilidade – científica e económica – face a outras sub-especialidades mais antigas. Daí esta institucionalização ser focalizada pelo prisma do mercado editorial e pelo do mercado universitário. Paralelamente, refere o sucesso da Associação para o Desenvolvimento da História Cultural (ADHC), fundada em Setembro de 1999.

O capítulo *Un autre regard?* pretende sublinhar a ideia de que a história cultural se apresenta como um novo olhar susceptível de fecundar outras aproximações históricas; no caso da história contemporânea são analisados alguns cruzamentos operados a propósito de três domínios historiográficos claramente constituídos: a história social, a história religiosa e a história política.

Histoire culturelle et histoire des arts é o título do capítulo seguinte no qual se relembra que, tal como é praticada desde os anos oitenta, a história cultural visa a interacção e não a tensão entre as disciplinas históricas, realçando-se o “itinerário exemplar” de Georges Duby. No capítulo seguinte propõe-se a reflexão sobre as relações entre história cultural e diversas ciências sociais: a sociologia, a etnologia, as ciências da comunicação. O último capítulo visa uma comparação internacional e aborda questões como o comparativismo e o estudo das permutas culturais, o provincialismo historiográfico e a abertura da historiografia francesa, a relação de académicos franceses (principalmente Chartier) com a escola americana da *New Cultural History*, a circulação de modelos historiográficos tomando Norbert Elias como exemplo, a abertura internacional na época da *internet*.

A conclusão desta obra sublinha aspectos evidenciados nos diversos capítulos e partes que a compõem: a história cultural caracteriza-se por uma pluralidade de práticas, decorrente dos períodos e áreas de especialidade, bem como da escola historiográfica; a sua afirmação resultará menos duma nova especialização do que da continuação do alargamento do território do historiador, quer ao nível dos objectos, quer das fontes.

Maria da Conceição Meireles Pereira

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), 2004 – *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, Coimbra, Quarteto Editora, Coleção Estudos sobre a Europa, nº 5, 445 p.

Este é o 5º volume da coleção “Estudos Sobre a Europa” que reúne vinte e dois estudos apresentados no Curso Intensivo / IP – Programa Socrates (12 a 21 de Fevereiro de 2004) coordenado pela Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro e que, à semelhança dos realizados nos anos anteriores, agregou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra professores e estudantes de diversas universidades nacionais e estrangeiras com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o velho continente.

“Num momento em que se debate a questão das fronteiras, do espaço, do alargamento, da (re)construção da Europa”, refere a coordenadora na introdução da obra, impunha-se a reflexão sobre o conceito polissémico de fronteira numa organização que, ressaltando embora o particular e o regional, aspira à convergência e, sobretudo, à interacção entre o geográfico, o político, o social, o cultural e o religioso.

Questionar as fronteiras da Europa – as velhas e as novas, as físicas e as mentais, as ficcionais e as reais – implica um labor multidisciplinar que é já timbre das várias edições destes cursos que primam ainda pelo carácter pluricontinental, plurinacional e pluri-institucional, aliás patente nos estudos agora publicados.

José Reis, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do CES, apresenta um estudo intitulado *Governança e Territórios na Europa: Hipóteses sobre um Sub-Federalismo Europeu* onde reflecte sobre a grande diversidade europeia, os blocos político-económicos, os riscos de aparecimento de um certo sub-federalismo ou federalismo fragmentário numa Europa alargada e a necessidade de afirmação do papel da Europa na economia-mundo e de uma União federalmente forte.

O texto de Lúcio Cunha (também catedrático da FLUC e coordenador do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra) intitula-se *Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Movimento* e evidencia que a noção tradicional de “velho continente” não tem cabal correspondência nas características estritamente geológicas ou geomorfológicas; por outro lado, apesar da sua reduzida dimensão, o território europeu corresponde a um mosaico muito variado de paisagens talhado pela natureza, pela história e pela cultura pelo que a política europeia não poderá deixar de ter em conta esta diversidade devendo rentabilizar as diferenças internas e as relações de complementaridade.

Das Fronteiras da Europa às Fronteiras da Ideia da Europa (o argumento paradigmático e o argumento integrador) é o tema desenvolvido por outro professor da FLUC, Rui Cunha Martins, que aqui patenteia a maturação dos seus múltiplos estudos sobre o conceito de “fronteira”, equacionando aspectos como a questão da soberania, o debate constitucional e a compatibilidade entre, por um lado, o conceito paradigmático de fronteira e, por outro, a ordem judicial internacional definida pela questão central dos direitos humanos.

Rui Manuel Moura Ramos (professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e vice-presidente do Tribunal Constitucional) é autor do texto *A Cidadania da União Europeia* que encerra uma análise legal do conceito “cidadania da União” corporizado nos tratados de Maastricht e Amesterdão, bem como o desenvolvimento jurisprudencial de que vem sendo objecto no sentido de reforçar a esfera jurídica dos cidadãos da União.

Carlos Reis, professor catedrático da FLUC, apresenta o estudo *Fronteiras da Ficção, Espaços na Ficção: A Questão Europeia*, no qual defende que a questão europeia, tal como é representada

na literatura portuguesa contemporânea, constitui uma resposta a diversas exigências e estímulos, aprofundando os testemunhos significativos de José Saramago e António Lobo Antunes relativamente à questão europeia e seus avatares nos respectivos textos ficcionais.

L'Europe Culturelle et la Géopolitique é o texto apresentado por Georges Contogeorgis, professor grego de Ciência Política que entende o processo de construção europeia assente em quatro pilares: a geografia, a cultura, o pressuposto antropocêntrico e a geopolítica.

Mercedes Samaniegu Boneu, catedrática de História Contemporânea na Universidade de Salamanca, no artigo *Las Fronteras Socio-Culturales de la Unión Europea* reflecte sobre o difícil, mas possível equilíbrio entre a manutenção do património original de uma cultura, e a interacção com outras culturas esbatendo as suas fonteiras simbólicas.

Também professora de História Contemporânea (Universidade Robert Shuman, Estrasburgo III), Nicole Pietri estuda *La Nouvelle Frontière Extérieure Orientale de L'Union Européenne*, reflectindo sobre a nova fronteira da Polónia e analisando as relações entre a Rússia, a Ucrânia, a NATO e a União Europeia.

Stefan Bielanski, professor da Universidade Jagelónica de Cracóvia, insiste no tema da fronteira oriental da Europa na Polónia através da análise da historiografia polaca e seus contributos para o debate actual no artigo *L'Evoluzione del Concetto della Frontiera Orientale dell'Europa nella Storiografia Polacca*.

Professor na mesma Universidade, no departamento de Estudos Internacionais e Políticos, Andrzej Pankowicz é autor do estudo intitulado *Evoluzione delle Forme dell'Autogestione Territoriale nell'Europa Centrale* que apresenta as teorias fundadoras de auto-governo regional da Europa Central (Polónia, Checoslováquia e Hungria) cronologicamente plasmadas no direito e princípios doutrinários germânicos.

O tema escolhido por Procopis Papastratis (Departamento de Ciência Política e História da Universidade Panteion, Atenas) patenteia enorme actualidade: *A New Frontier or End of an Era: the Bologna Process and the Transformation of the University*. Como era previsível, este trabalho enuncia as transformações definidas na convenção de Junho de 1999 ao nível do ensino superior comunitário e sublinha as prioridades que as universidades devem adoptar nas suas estratégias curriculares e que, necessariamente, afectarão a essência da educação universitária.

Ioan Horga (professor da Universidade de Oradea, Roménia) analisa de forma aprofundada outra problemática decorrente do alargamento da União a leste: *La Roumanie et la Question de ses Frontières dans le Contexte de l'Intégration à L'Union Européenne*.

Professora no Institut für Politische Wissenschaft de Hannover, Ines Katenhusen é autora do estudo *Germany's Politics Toward European Integration with Special Emphasis on the "Ostpolitik"* no qual traça uma panorâmica da Alemanha do pós-guerra cuja história influenciou, de diversos modos, o processo de integração europeia.

Estevão de Rezende Martins, professor e coordenador do Núcleo de Estudos Europeus na Universidade de Brasília, reflecte a visão do outro no trabalho que intitulou *Identidade e Diferença: o Processo de União Europeia visto desde a América Latina*. Entre outros aspectos de incontornável interesse, este estudo sublinha a particular atenção suscitada pela experiência europeia como eventual modelo inspirador para a pretendida integração regional e/ou sub-regional latino-americana.

Director do Departamento de Ciência Política da Universidade de Montpellier 1, Paul Allières desenvolve a temática *Pouvoir et Territoire: les Nouvelles Frontières d'un Fédéralisme Européen*, colocando a tónica na possibilidade de emergência de um novo tipo de federalismo cujos contornos,

políticos e culturais, se definem através de um projecto democrático em vez de assentar nas fronteiras geopolíticas tradicionais.

Jean-Pierre Colin discorre sobre *La Nouvelle Frontière de L'Immigration*; este professor de Direito da Universidade de Reims propõe a reflexão sobre o binómio imigração/mundialização e as dificuldades sentidas no seio da União relativamente à circulação de pessoas.

The Ideas of Postsoviet Russia about Europe é o tema proposto por Yuriy Pochta, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da People's Friendship of Russia de Moscovo. Este texto evidencia as preocupações da Rússia relativamente ao futuro europeu, bem como o seu desejo de reconciliação com a Europa aspirando à síntese de valores e experiências históricas de todas as sociedades europeias.

A comunicação de Renaud de la Brosse – Maître de Conférences da Universidade de Reims – assume no seu título uma interrogação: *Espace Médiatique Européen et "Communauté des Destins": Complementarités ou Oppositions entre Échelles Continentale, Nationale, Régionale et Locale?* Partindo do pressuposto da inexistência de unidade linguística, étnica e mesmo política da União, o autor defende que o sentimento de identidade europeia só pode ser induzido através de meios de comunicação que suscitem explicação, mediação e debate; ora, percorrendo os media existentes (locais, regionais e nacionais) conclui que nenhum transcende as diferenças e enfatiza os factores de união dos europeus pelo que se torna necessário criar uma verdadeira Europa dos media da qual depende um sentimento partilhado de comunidade.

Os Açores e as Relações Transatlânticas: Olhares do Outro constitui o tema proposto pelo professor Carlos Cordeiro (Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores) que, através de duas obras coevas – da autoria dos soldados ingleses Thomas Ashe e Edward Boid – avalia a importância geo-económica e geoestratégica do arquipélago em dois momentos específicos: as invasões francesas e a guerra civil entre absolutistas e liberais.

O estudo de Maria da Conceição Meireles Pereira (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) intitula-se "*Ocidente*" – *Imagens e Fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental (1938-1948)* e analisa os dez primeiros anos de uma das mais importantes revistas culturais do Estado Novo do qual reflectiu as linhas ideológico-políticas dominantes. No seu editorial, pode ler-se: "*Ocidente*: não um termo da nomenclatura geográfica; uma expressão de cultura". Assim, o próprio título constituía já um programa que reclamava uma redefinição dos fundamentos da cultura e civilização ocidentais bem como a sua defesa intransigente em tempos conturbados como a guerra civil espanhola e a 2ª guerra mundial. O nacionalismo exacerbado é a tónica desta publicação mensal que, entre outros aspectos, estende ao Brasil e aos territórios coloniais portugueses as fronteiras da Civilização Ocidental à qual proclama fidelidade absoluta.

A Europa do Futuro e o Futuro de Portugal é o tema desenvolvido pelo professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra António Martins da Silva que, face aos impasses dos últimos tratados europeus relativamente à questão soberania dos Estados *versus* integração europeia, analisa as eventuais vias de superação e questiona o futuro e opções de Portugal num quadro de reforma da arquitectura europeia.

Manuel Clemente, professor na Universidade Católica Portuguesa e Director do Centro de Estudos de História Religiosa, subscreve o estudo *Religião na Europa: uma Fronteira Aberta*, justificando o título por ser essencial a qualquer atitude religiosa a abertura a dimensões do ser que ultrapassem o horizonte imediato e porque a religião suscita conseqüências que motivam o ecumenismo. Na sua óptica, por razões diversas, a religião tem aberto fronteiras entre os povos europeus pelo que desenvolve o tema ao longo de três tópicos: um relance histórico da relação

entre as confissões religiosas e a sociedade europeia; a verificação de como a religião pode contribuir para ultrapassar divisões; a leitura da presente situação europeia feita pelos bispos católicos e sistematizada pelo Papa João Paulo II.

Uma secção intitulada *Comentários* finaliza esta colectânea e é constituída por dois textos, um de Mercedes Samaniegu Boneu e outro de Sérgio Neto. Ambos encerram sínteses modelares sobre os eventos realizados e os trabalhos apresentados ao longo do curso, lembrando a catedrática de Salamanca, nas suas palavras finais, que o conteúdo de cada intervenção “permite avanzar en la tarea de seguir pensando en Europa, de reflexionar desde los distintos ámbitos en que cada ponente se mueve, en la tarea de dinamizar la historia europea a partir de un pasado histórico y de un presente prometedor, abierto a todo el continente, a todos y a cada uno de los países que estén dispuestos a correr conjuntamente la aventura del povernir”.

Maria da Conceição Meireles Pereira

